



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE MEIO AMBIENTE E DOS DIREITOS  
DOS ANIMAIS**

**PRESIDENTE: XEXÉU TRIPOLI**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 07-06-22

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Boa noite a todos e a todas.

Eu, presidente desta audiência, declaro abertos os trabalhos da 2ª audiência pública semipresencial de 2022, da Comissão Extraordinária Permanente de Meio Ambiente e Direitos Animais.

Informo que esta audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.sp.leg.br/AditoriosOnline](http://www.sp.leg.br/AditoriosOnline), e pelo canal no YouTube desta Casa.

Antes de começar a audiência, eu queria pedir desculpa pelo atraso.

Ainda está tendo no plenário da Câmara Municipal. Hoje, algumas coisas aconteceram, confusão, e ainda está tendo sessão; mas eu consegui sair para tocarmos a nossa audiência no nosso espaço.

Quero primeiro agradecer a presença física e *on-line* de todos – o pessoal do Fórum Verde, o pessoal que debate a questão da poda de árvore, secretaria, pessoal que debate a questão climática, pessoal que debate a gestão de parques. É uma audiência ampla.

A pauta desta audiência é *Semana do Meio Ambiente* e demandas do Verde no Município de São Paulo.

Foram convidados a Secretaria do Verde e Meio Ambiente; a Coordenadoria de Gestão de Parques e Biodiversidade; o Dr. Gilberto Natalini; o Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento; Professor Francisco Eduardo Bodião; Dr. Ivan Carlos Maglio; Claudia Martins; Dra. Renata Esteves; Toni Zagato; Ana Aragão, Fórum Verde Permanente. Temos ainda inscritos pelo Portal da Câmara Municipal, que iremos chamar.

Quero agradecer a presença da Tamires, Coordenadora na Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente; e também agradecer a presença da Covereadora Natália Chaves, da Bancada Feminista.

Para além de agradecer a presença de todos, gostaria de dizer que é ruim que façamos um debate sazonal do meio ambiente. Sabemos que os meses de junho são os meses que mais tem audiências desta comissão, quando se fala das questões ambientais, que são diversas. É ruim que seja assim, que concentremos os debates num mês, mas acaba sendo

desta forma. Acho que temos de pensar formas de mudar isso. Mas é muito urgente que façamos alguns debates. E que consigamos, por meio desta comissão, envolver os movimentos sociais, como o Fórum Verde Permanente e diversos outros que estão aqui, junto com a Secretaria, para que consigamos pensar conjuntamente. Sabemos que uma gestão de políticas públicas do meio ambiente não pode serem políticas públicas que se tomam em meios restritos, tem que ser políticas públicas que passem pelo poder popular, pelo controle social, pela população. Então é muito importante esse tipo de espaço.

Passamos, agora no começo do ano, no final do ano passado, assim como todas as viradas de ano, mais uma vez a questão ambiental foi falada na cidade de São Paulo, e, mais uma vez, não temos a oportunidade de pensar mais a longo prazo.

Nesse período de verão sempre temos as enchentes, as chuvas intensas, e sempre se trata como uma tragédia imprevisível, como um problema que acontece, que não tem o que fazer. E sabemos que essa política, para além da questão da habitação, é uma política do ponto de vista ambiental. Sabemos que tem a ver com a questão climática, que, inclusive, está sendo muito pouco pensada do ponto de vista estratégico na Prefeitura – eu deixo essa opinião.

Sabemos que existe ainda uma visão abstrata sobre a questão climática, como se as mudanças climáticas não tivessem nada a ver com a vida das pessoas, não tivessem a ver com habitação, com chuva, com enchente, não tivessem a ver, enfim, com a alimentação, com a terra. Parece que é algo abstrato. Eu tenho a impressão que o Poder Público trata como uma pauta abstrata. E mesmo a questão ambiental é tratada como uma pauta abstrata, menor, que não tem a ver com o lugar comum em que vivemos, que não tem a ver com a vida concreta das pessoas. Estamos passando hoje por uma crise alimentar no Brasil, e isso também tem a ver com a questão ambiental, com a questão de distribuição de terra, enfim, mas tem a ver também com a questão ambiental. Então eu acho que é uma oportunidade para falarmos o quanto as políticas públicas têm que considerar essa pauta não como abstrata, mas como uma pauta presente e cotidiana na vida das pessoas.

Esta audiência vai ser uma oportunidade para falarmos da gestão de parques, que

tem preocupado bastante.

Fico feliz com a presença da Tamires, porque tem chegado a nosso mandato, e não somente ao nosso, muitas reclamações, porque as gestões de parques hoje são indicações de vereadores aliados da Prefeitura. E, regra geral, acabam não tendo uma proximidade técnica e ética com a pauta – às vezes, tem; raramente. E isso causa um prejuízo gigante ao acesso ao espaço público. Sabemos que o parque é um espaço de convivência, um espaço de lugar comum. E quando nós não conseguimos nos acertar nessa questão da gestão, quando não conseguimos ter participação social efetiva, forte, nós temos a perda do lugar comum do ponto de vista físico e do ponto de vista social mesmo. E isso é bem complicado.

Também vamos ter nesta Casa, neste ano, a discussão do Plano Diretor – e é muito importante que esta comissão se envolva. É sempre uma questão que envolve as questões ambientais, ainda que sejam deixadas secundarizadas, de lado. E é muito importante que façamos esse debate e que as entidades de defesa do meio ambiente também participem das discussões do Plano Diretor. É uma coisa muito importante.

Eu estava comentando com pessoas do meu gabinete que, muitas vezes, a questão ambiental é até instrumentalizada no Plano Diretor. É muito comum que os olhos fiquem vendados para quando vem um grande empreendimento, por exemplo, na beira da represa. Aí ninguém olha. Tudo bem, o Plano Diretor autorizou um grande empreendimento na beira da represa. Mas vá uma pessoa construir um barraco na beira da represa. Aí a questão ambiental é instrumentalizada não com a ideia da preservação da represa, ou da preservação ambiental ali ao redor da represa, é mais por uma questão higienista, racistas, em que a questão ambiental é utilizada.

Então são muitos debates, muitas pautas. Quero muito ouvir todos. É um espaço para colocarmos demandas, discussões, reflexões. E vamos ter algumas audiências no mês de junho nesta comissão, todos estão convidados para comparecer.

Passarei a palavra aos convidados.

Tem a palavra a Sra. Tamires Carla, que é coordenadora da Divisão de Gestão de

Parques e Biodiversidade, para que faça uma fala inicial.

**A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA** – Obrigada, Vereadora.

Eu conheço quase todo mundo que está aqui assistindo, e todo mundo me conhece.

Eu sou a Tamires, Coordenadora de Gestão de Parques e Biodiversidades. Estou aqui representando o Secretário do Verde e Meio Ambiente, Sr. Eduardo de Castro. Ele tinha a agenda dele, e eu, pessoalmente, falei: “Por favor, se não for, me indique para que eu vá no seu lugar, porque muito me interessa tudo que o pessoal discute”. Enfim, eu acho que trazer esse debate para a Câmara é algo de que também sentimos falta, do ponto de vista do Executivo.

E eu gostei muito da sua fala, que foi muito ampla, quando falou de sairmos um pouco do universo dos parques.

Quando falamos sobre a questão ambiental, sobre o meio ambiente, e levamos isso muito para a questão de parque, parece que se vai reduzindo o tema a um equipamento específico, sendo que na verdade isso não está no dia a dia de todo mundo, de cada um. Quando você vai abrir a torneira para beber água, aquilo já é uma questão ambiental; a forma como você dorme; o barulho que você escuta quando você está dormindo e passa um avião, um caminhão na sua rua. Tudo isso está direcionado a esse tema. Então é uma coisa que permeia tudo.

Você falou do Plano Diretor. E o Plano Diretor traz, em tese, e teoricamente, a questão ambiental em todas as suas ações, em todas as suas estratégicas. Só que sabemos muito bem que isso precisa ser visado.

E como você muito bem colocou, precisa haver uma sensibilidade muito maior para a questão socioambiental. Eu vou dar um exemplo bem prático.

Estamos implantando mais uma unidade de conservação no Município, que é o Parque Natural Cabeceiras do Aricanduva, no extremo-leste da cidade, na Subprefeitura de Cidade Tiradentes, São Mateus. E tomamos muito cuidado quando fomos fazer os perímetros de desapropriação porque não queríamos que fosse feito qualquer tipo de remoção. A cidade cresceu, as pessoas foram para lá, estava planejado de uma determinada forma, mas hoje é uma realidade. Então como que equacionamos essas questões e como que o parque, que vai

chegar com toda uma estrutura, vai conviver com aquelas pessoas e não vai ser um problema para elas, e, sim, uma solução para aquilo. Não vai mais avançar, mas aquelas pessoas não vão ser prejudicadas, algo que as faça olhar como algo negativo, que as tiraram dali. Então temos feito muito esse exercício de como reorganizamos isso, justamente para não cairmos na hipocrisia de que os instrumentos servem para uns, e não servem para outros. Então isso é uma coisa muito importante para ficar de olho: como que o Plano Diretor vai ser revisado, no sentido de garantir que todo mundo tenha direito ao meio ambiente equilibrado, mas também, sim, consigamos equacionar a questão habitacional na cidade de São Paulo, que hoje é a questão mais difícil para equacionarmos, resolver o socioambiental.

O Plano Diretor determinou algumas coisas que eu queria colocar: por exemplo, a elaboração do que apelidamos depois de *Planos Verdes*. E finalmente terminamos os quatro planos: *Plano de Arborização Urbano*, *Plano da Mata Atlântica*, *Plano de Áreas Verdes Protegidas – Áreas Verdes, Espaços Livres*; o *Plano dos Serviços Ambientais*, que gera o programa para pagamento por serviços ambientais. Fizemos o *PlanClima* também. Então hoje todo aquele monte de determinações que o Plano Diretor colocou para os planos setoriais ambientais estão prontos e nós já estamos em sua execução. E eu destaco o *PlanClima*, porque você colocou essa questão da abstração.

Eu não sei se todo mundo teve a oportunidade de pegar o plano, olhar, ler...

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – De qual ano é o *PlanClima*?

**A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA** – Lançamos no final do ano passado.

Ele é muito interessante. Ele costura um pouco todos os planos. E ele trata de uma forma muito didática, porque vai desde a ação individual das pessoas – porque, às vezes, as pessoas começam a culpar, “Não, você tem que fazer reciclagem, não sei que”, só que na verdade a questão é muito maior. Mas o *PlanClima* traz desde a questão do dia a dia até realmente a alteração de matriz energética. E traz isso de forma muito clara e didática para todo mundo. Vale muito a pena olhar isso, porque é aquele plano que colocamos debaixo do braço e saímos para executar. E ele cabe ao Poder Público – Executivo, Legislativo –, à sociedade civil,

organizada ou não. Cabe todo mundo entender isso. Talvez caiba até alguma audiência para apresentação e dirimir cada pedacinho para todo mundo entender.

Você falou da segurança alimentar.

Eu acho que a questão da zona rural em São Paulo é um ponto.

Vamos lançar este ano o primeiro edital do Programa de Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais, voltado justamente aos produtores rurais, para que pensem em transição agroecológica. Então tem uma série de coisas muito interessantes que estamos vendo.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Desculpe interromper, você traz muitas informações novas para mim.

Então vai ter um edital para pequenos agricultores... é da Secretaria?

**A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA** – É o *Programa de Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais*.

Esse primeiro edital vai ser direcionado aos pequenos produtores – tem lá todas as regras –, para que essas pessoas recebam apoio financeiro e técnico. Isso porque não adianta somente as pessoas receberem os recursos financeiros, elas precisam ter todo o apoio do conhecimento técnico, para que saiba como manejar a sua propriedade.

Então há uma série de coisas. A gestão de parque obviamente é um ponto, tanto em relação à questão do administrador, que está na ponta. E, inclusive, agradeço ao Fórum Verde, agradeço à Câmara, ao Prefeito, a todo mundo, porque o orçamento realmente aumentou, e isso nos deu uma perspectiva completamente diferente. Todas as possibilidades que eu tenho de agradecer eu agradeço. Então o cenário de setembro, que é quando mandamos o orçamento para a Câmara, era um, e hoje realmente temos uma perspectiva de “nossa, conseguimos”. Ter meio bilhão por ano faz muita, muita diferença. E acho que isso é mérito de todo mundo – de nós, que fizemos a planilha certinha; de vocês, que brigaram; da Câmara, que aceitou; do Prefeito, que enviou. Foi um trabalho conjunto que realmente vingou. Eu fico muito, muito feliz. É por isso. E vocês vão ver no campo, indo aos parques, que realmente a gestão dos parques vai melhorar bastante em termos da rotina do dia a dia. E tem mais um monte de coisas nas

quais temos consigo trabalhar, porque temos mantido continuidade de boa parte da Secretaria, e isso faz toda a diferença.

Para essa fala inicial, bem abrangente, é isso. Estou aqui para responder o que eu conseguir de perguntar, o que eu não conseguir, fica para uma próxima, ou depois eu recebo algum requerimento. É isso. Boa noite para todo mundo. Estamos super à disposição.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Tamires.

Você trouxe bastante coisa. Também foi uma fala ampla.

Sobre o *PlanClima* eu confesso que seria interessante uma audiência para apresentá-lo, para conhecermos. Particularmente, sendo muito honesta, eu não o vi. Eu acho que é interessante ver. Eu sei que o Governo do Estado tentou desenvolvimento alguma coisa, eu achei insuficiente; gostaria de ver o da Prefeitura. Podemos pensar uma audiência para isso.

Sobre esse edital, eu vou talvez fazer requerimento de informação, formalmente, para saber o cronograma do edital que você citou para produtores rurais, que eu também achei bem interessante.

Dito isso, vou passar a palavra aos convidados.

Além da Natália Chaves, da Bancada Feminista, quero anunciar a presença do companheiro Leonardo Maglio. Quero agradecê-los por estarem aqui.

E vou passar a palavra aos convidados.

O primeiro é o Ivan Maglio, que vai falar da pauta de emergências climáticas.

**O SR. IVAN CARLOS MAGLIO** – Boa noite a todos e a todas.

Quero parabenizar o Fórum Permanente de Parques e Áreas Verdes pelos três anos de lutas e realizações. É um prazer e estou muito feliz de poder trabalhar com essa equipe tão aguerrida do Fórum.

Quero falar um pouco sobre a emergência climática, para inspirarmos algumas reflexões nesta audiência pública.

Já está ficando muito claro no Brasil... Desde o começo do ano, vimos tendo uma sucessão de tragédias, que demonstram os efeitos avassaladores da emergência climática. Já

temos chuvas intensas, estamos sentindo nas diversas cidades brasileiras. E saltam aos olhos a vulnerabilidade social e as populações de mais baixa renda, que moram nos lugares mais críticos, de maior risco, sofrendo profundamente com esses eventos extremos. Então é mais para caracterizar isso. Quer dizer, isso que já estamos sentindo na própria pele é confirmado pela ciência.

O último relatório do IPCC, o 6<sup>a</sup>, colocou que as mudanças climáticas estão articuladas ao que já conhecemos, que é o aquecimento global e os padrões de emissões de gases de efeito estufa, que a nossa sociedade industrial gerou. Em especial, o gás carbônico, o dióxido de carbono, que cria esse aquecimento da atmosfera, e, a partir desse aquecimento, uma série de alterações climáticas são produzidas, assim como essas anomalias, que geram esse aumento de temperatura da área no planeta. Então todos esses estudos recentes confirmam isso. Para aqueles que ainda renegam, não querem aceitar as informações científicas, os estudos deste último relatório, que foi em – e uma parte, em 2022 –, nos mostraram que cenários mais alarmantes do que o esperado já estão ocorrendo.

Então, nas próximas duas décadas, o limite previsto pelos relatórios internacionais, pelo Acordo de Paris, é não exceder um grau Celsius e meio, em média, de temperatura do planeta, porque o limite anterior de dois graus já tinha sido visto como tendo, ainda, muitos efeitos negativos, muitos impactos. Mas, esse limite de temperatura, que é consensuado como o que toda a sociedade, o mundo, precisa conseguir atingir, está prestes a ser atingido. Isso indica a situação crítica. Essas mudanças climáticas produzem riscos e impactos climáticos muito mais severos, que atingem, como estamos vendo no Brasil, populações e sistemas naturais.

Esses riscos climáticos atuam basicamente em três dimensões. Uma delas, que é a própria variabilidade natural do clima, é agravada por origem antropogênica, ou seja, pelo ser humano, que gera perigo e ameaça. Também há outras duas, relacionadas aos processos socioeconômicos, mesmo, que são a vulnerabilidade por conta do modelo de ocupação e as maiores ou menores exposições ao risco climático.

Então, esse novo relatório do IPCC é de agosto de 2021 e confirmou que em todos

os cenários haverá esse aumento de temperatura, que será alcançado até 2040. O que parecia estar muito distante hoje está muito mais perto do que imaginávamos. No cenário com menores emissões, quer dizer, em que o mundo mais consegue reduzir as emissões dos gases de efeito estufa, essa temperatura poderá chegar, então, a 1,6 graus, entre 2040 e 2060, podendo ser reduzida, dependendo do comportamento da sociedade como um todo, em um esforço de reduzir essas emissões.

Para isso, todas as cidades e todos os países precisam se comprometer com redução de emissões líquidas até o ano de 2050. O Estado de São Paulo assinou o compromisso de *net zero*, que é atingir esse nível de redução das emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050. A cidade de São Paulo também o fez e isso está configurado no Plano de Ação Climática, o que foi falado pela Tamires.

Esse último relatório, o sexto relatório, diz que é a concentração mais alta de CO2 em pelo menos dois milhões de anos. O nível do mar tem as taxas mais altas dos últimos três mil anos. A área de gelo tem o nível mais baixo, em termos de quantidade – portanto, o que demonstra o aquecimento –, em pelo menos mil anos e há as retrações das geleiras.

Isso vai trazer, então, uma configuração de clima que varia em cada cidade, dependendo da sua situação em relação à posição dela na Terra, como ela se localiza. Calor extremo será mais frequente e mais intenso. Isso já percebemos em certos períodos do ano. Fortes chuvas: isso é o que está mais evidente. Seca: nós já tivemos, na Região Metropolitana, uma seca prolongada, em 2014, o que levou até à emergência da falta de água para abastecimento público. Queimadas: como vemos, de uma forma discutível ou não, mas, no Pantanal, há queimadas, que podem vir ou não por ação humana, agravadas também pelo aquecimento da temperatura. Nos oceanos, há a acidificação e outros efeitos.

Esse quadro de riscos climáticos provoca diversos impactos e trazem perigos, dependendo da exposição e da vulnerabilidade de cada lugar, de cada cidade, de cada território. Para diminuir esses riscos, a sociedade precisa se adaptar. A cidade precisa se adaptar. Estamos falando de uma cidade das maiores do mundo. Ela tem de se adaptar para ser capaz

de reduzir os impactos potenciais na sociedade das ameaças a que ela vai estar exposta.

Como? Nós temos de diminuir essa exposição, reduzir a sensibilidade da cidade a se preparar e aumentar a sua capacidade adaptativa. Falamos em capacidade adaptativa. É tudo o que a cidade pode fazer para se tornar mais resiliente, mais forte, para suportar alterações climáticas. Nós temos essa conjugação, então, que é indicada por alguns estudiosos. Por um lado, a cidade tem de se adaptar, reduzir, evitar danos, aproveitar oportunidades benéficas relacionadas à mudança do clima. Então, ela tem de aproveitar a existência da Mata Atlântica, a existência de florestas, tudo que ajuda a cidade a ser mais forte em relação a essas ameaças climáticas. Essa conjugação de adaptação e resiliência gera um mecanismo de gestão de risco climático. Então, nós temos de aprender a gerir os riscos climáticos e isso é um grande aprendizado para a sociedade.

Ainda estamos um pouco atrasados, vamos dizer assim. A cidade de São Paulo trabalhava, na Lei de Clima, mais com mitigação e até agora vimos o PlanClima começar a pensar em uma cidade adaptada para enfrentar esses riscos climáticos. Do ponto de vista nacional, já tivemos o plano nacional de meio ambiente, em 2016, o que levou a todas as posições que o Brasil obteve nos fóruns internacionais e essas posições todas foram negociadas. O Brasil negociou, sempre, com os principais países do mundo, redução de emissões. Assinou seu próprio compromisso.

Porém, nós estamos vivendo um momento de um Governo, o Governo Bolsonaro, que negou, desde o início dessa última gestão, em 2018, a existência do clima e só agora, a duras penas, apesar de ter desmontado os órgãos ambientais, como o Ibama e o ICMBio... Há pressão internacional. Hoje mesmo, estamos vivendo uma situação absurda, de duas pessoas, dois ativistas. Um ativista indígena e um fotógrafo mundial que está estudando o meio ambiente estão desaparecidos. Até agora, não temos notícias. É uma situação que nos envergonha mundialmente.

Então, a situação é essa. Nós temos de nos adaptar em relação ao ajustamento antecipatório. A cidade precisa ter um planejamento antecipado para enfrentar as mudanças e

fazer essa adaptação para suportar riscos climáticos novos, com que ela não estava acostumada a conviver. São Paulo já tem inundações constantes e a tendência é de que essas inundações aumentem. Também haverá esses períodos de seca, podendo gerar falta de recursos, especialmente água. A questão da água é crucial na cidade de São Paulo, que já é uma área de escassez hídrica.

Falando um pouco do PlanClima, eu o analisei, para trazer um pouco aqui, mas acho que é muito importante isso que foi falado, de haver uma audiência pública, uma discussão do PlanClima, porque, apesar de ser uma iniciativa positiva, ele precisa de muito aperfeiçoamento. Ele não está suficiente. Ele tem detalhes importantes, mas ele tem, ao mesmo tempo, coisas que poderiam ser bem melhoradas.

Então, aqui, é só um quadro muito rápido. A cidade, que tem a política de clima iniciada por mitigação só passou a pensar em adaptação a partir desse plano, em 2020. Foi lançado em 2021, graças ao apoio do ICLEI, da rede C40 e tudo mais.

Todos os planos falam em modelagem climática. O que quer dizer isso? Perceber qual é o grau de sensibilidade que a cidade tem, em função da sua localização na Terra. Então, ela tem alterações por estar no Sudeste, porque é uma região que tem pouca água. Depende das chuvas que vêm da Amazônia. Senão, seríamos um deserto. Então, há toda uma configuração que leva a diferentes condições.

Não foi feita nenhuma modelagem específica para São Paulo. Simplesmente usamos os modelos nacionais. Então, isso já é importante, porque esses modelos nacionais dão uma diretriz, mas não são o suficiente para se ter um ataque mais direto para as nossas principais fragilidades. No nosso caso, aqui, é água. Já sabemos que temos escassez hídrica. Em toda a Região Metropolitana, isso já foi apontado. Já sofremos desse problema e vamos continuar se não fizermos uma política de proteção da água.

Por incrível que pareça, se olharmos aí pelos bairros de São Paulo, a gente joga água fora. As nossas nascentes são praticamente desprezadas e, em qualquer prédio que vemos

dos grandes eixos, soltam água do lençol freático, para poder ficar em condições de não inundarem as suas garagens ou se não criar umidade.

Então, uma das situações mais críticas, no nosso caso aqui, é a água, mas também há onda de calor e onda de seca e deslizamentos, e quanto à questão dos deslizamentos, é gravíssimo, porque o próprio plano diz que há 470 áreas de risco de escorregamento e umas 700 áreas de inundação.

Então, sobre esse mapeamento dessa situação, para a gente saber qual é a população, sabemos, imaginamos que deve ser 20% a 30% da nossa população. São dois milhões ou três milhões de pessoas, mais ou menos, que estão na periferia, em áreas inadequadas. É a população de maior vulnerabilidade social, mas, para isso, o plano de adaptação precisaria ter identificado as áreas mais críticas e começado a propor o que fazer para recuperar essas áreas, para arrumar moradia e para priorizar o atendimento a essa população. Infelizmente isso ainda não está dado. O plano aponta muito corretamente, mas não há uma solução aprofundada.

Então, sobre esses dados do PlanClima, há chuvas intensas acima de cem milímetros/dia nos últimos vinte anos. Isso tem aumentado muito. Então, essas chuvas intensas estão concentradas em menos dias. O próprio plano diz que, entre 2030 e 2040, poderá haver aumento da temperatura média, e já um aumento de dois a três graus em algumas áreas da Cidade. Há uma ameaça de seca muito grande ainda nessa década.

Ainda dialoga pouco com essa questão climática, então, é muito importante a revisão do Plano Diretor, porque é preciso dialogar com esses riscos climáticas. Há coisas positivas com o pagamento dos serviços ambientais, que ajuda a aumentar a valorização das áreas que prestam serviços ambientais, as áreas de mata, as áreas que ajudam a manter o clima da Cidade, mas, mesmo assim, a gente vê riscos. Eu vou falar alguns deles aqui rapidamente.

Outra coisa que ficou patente pelo PanClima é que o esforço do Plano Diretor, desde 2002, havendo infraestrutura verde e azul, com os parques lineares, os parques, os rios, as áreas verdes e as águas da cidade protegidas. Era um dado fundamental do Plano Diretor, mas, se a

gente avaliar o que aconteceu, em 2014, essa rede ficou meio em segundo plano, porque houve muito pouca evolução. Depois podemos falar de alguns números.

Então, do ponto de vista do PanClima, esse estudo de modelagem climática precisaria ser aprofundado. Falo da elaboração de um índice de vulnerabilidade climática, mapeado na Cidade, para entendermos os lugares mais críticos e as populações com mais risco. É preciso ser feito. Ainda não foi feito de uma maneira aprofundada. A gente trabalha com dados históricos, que a gente já conhece, mas há lugares que poderão sofrer por essas mudanças.

O Plano Diretor tratou muito pouco da resiliência das águas urbanas, ou seja, como protegerem - eu já disse - as fontes, as nascentes, as medidas de conservação e o reuso da água? Isso é uma questão chave nessa revisão do Plano Diretor.

Não é preciso dizer então que as 470 áreas de riscos com pontos de inundação precisam sofrer projetos. Isso não pode ficar simplesmente em números, e nós sabemos. Ontem eu ouvi o próprio ex-Prefeito Haddad dizendo que a Defesa Civil Nacional está sucateada. Eu não sei como está a nossa Defesa Civil Municipal, mas digamos que ela é a peça chave numa gestão de risco climático, de mapear e haver aviso nos lugares e de haver estações meteorológicas nesses lugares mais críticos. Tudo isso está por se fazer. Não foi feito ainda.

Eu até escrevi junto com a Renata, minha colega no debate, um artigo sobre isso, onde vemos que consequência de determinadas medidas do Plano Diretor, como a verticalização intensa, sem planejamento e sem projeto, tem levado áreas que não inundavam a inundar. Então, por exemplo, no caso de Pinheiros, há inundações na Rua dos Pinheiros. Na última chuva de fevereiro, chuvas que nem eram tão fortes, não chegaram a cem milímetros, eram setenta milímetros, mais ou menos, com mais três ou quatro horas de chuva, havia água na Rua Pinheiros, quase entrando na estação Fradique Coutinho.

Então, a Cidade não é resiliente. Nós temos muito o que fazer e o Plano Diretor precisa trabalhar o tema de uma maneira mais profunda. Acredito que vários colegas que vão falar aí vão poder apontar determinados aspectos. Eu só vou falar de alguns deles. É preciso um novo planejamento urbano. Embora haja a rede hídrica, essa estrutura de 170 parques como

meta, são sempre medidas que aumentam a resiliência urbana, mas ele precisa de várias outras coisas, em especial a questão da água. É preciso definir metas. Não há metas descentralizadas até 2030. Não há uma articulação muito forte entre o Plano Diretor e os objetivos de desenvolvimento sustentável. Quer dizer, que metas para cada área de habitação e mobilidade? Digamos que Habitação é um dos calcanhares de Aquiles. Essas populações que estão em área de risco precisam de moradia, em lugares adequados. Parece que há bilhões aí de recursos no Fundurb, mas não são usados para habitação de interesse social. Por quê? Essa é uma pergunta que fica em aberto. Pode outro lado, o mercado imobiliário só está trabalhando com alto padrão. As últimas reportagens estão mostrando, nos eixos de estruturação, onde deveria ser uma aproximação da população de baixa renda por transporte, só habitação teoricamente chamada de alto padrão, embora a gente saiba que o baixo nível de qualidade é geral, e a habitação de interesse social não é investido. Então, a revisão do PDE, em 2021, precisa entrar em especificidade de cada território e de cada bairro, para avaliar o PDE de uma maneira real, de uma maneira aprofundada, com base no que acontece em cada território.

Falo de estímulos para elaborar planos de bairro com a participação da população, quando já existe inclusive movimentos positivos nessa área, como na Vila Mariana, em Figueiras, em Perdizes, mesmo em bairros populares, como Itaim Paulista, apoiados por universidades e por associações.

Então, é preciso haver esse trabalho de planejamento pelas bases, de baixo para cima, senão a Cidade não vai conseguir se preparar para esse futuro, que aponta para graves situações a serem enfrentadas. A gente viveu muitas evoluções, por incrível que pareça. Nós falamos isso há muitos anos. De lá para cá, desde as décadas de 80s, houve descentralização das subprefeituras. Hoje as subprefeituras estão muito enfraquecidas e precisam ser fortalecidas, porque não dá para se trabalhar uma Cidade com esse porte sem descentralização, sem fortalecer as subprefeituras, os funcionários e tudo mais. Não dá para se planejar dessa forma mais direta com a própria participação da sociedade.

Então, essa revisão do PDE tem que passar por esse crivo da questão climática, porque é por meio desse crivo que a gente vai ver quanto esse plano está trazendo uma Cidade adaptada à mudança climática, uma Cidade mais forte e resiliente, ou está tudo como se nada tivesse acontecido de novo.

Muitas coisas estão aí para serem feitas em relação a isso. Só queria terminar apontando aqui que há um grande aspecto do Plano Diretor. Esse aumento dos recursos para a Secretaria do Verde, é conquistado a duras penas, com muito trabalho de todos. Falo da implantação de parques, áreas verdes e 167 parques que estão no Plano Diretor. Não está garantido.

Nós não temos recursos para esses parques, para essas áreas verdes. Temos bairros, como grande parte dos bairros da Cidade, 16 bairros em termos de área verde pública, tem muitas subprefeituras com menos de cinco metros quadrados de área verde pública por habitante, o que não quer dizer que não tenha alguma cobertura vegetal a ser protegida, mas ela não virou algo público que se possa ser usado pela comunidade.

Trago o exemplo que considero um dos casos mais marcantes que estamos passando que é uma área de mata do Jardim das Esmeraldas, na Raposo Tavares. Uma área de quase 500 mil metros quadrados de mata atlântica, parcialmente protegida pelo Plano Diretor como Zepam e com risco.

Toda essa área cinza que estou marcando é uma área que está para ser loteada. A pressão pelo loteamento em uma área de mata atlântica, que não é a área central, não é de floresta ombrófila densa, mas está ao lado de uma grande massa de floresta ombrófila densa e precisa ser protegida.

Ao mesmo tempo, tivemos um retrocesso. Acho que a Renata vai falar sobre isso. Essa lei que mudou os padrões de proteção das matas e das áreas verdes na cidade. Então, o que a gente precisa fazer de lição de casa, que é uma cidade resiliente, depende de leis e depende de ações que em vez de terem um caminho de facilidade, de visão de futuro, tem tido uma visão de retrocesso, de facilitar o corte e não facilitar a proteção dessa vegetação. Essa é

uma luta das mais importantes na cidade.

Em relação à discussão dos eixos e tudo mais que é um tema que a gente sempre discute do Plano Diretor, mas reitero que a maneira que está sendo implantado os eixos de transformação urbana sem planejamento, sem selecionar áreas verdes, áreas de maior resiliência, sem proteção de parques do território por falta de um estudo mais aprofundado, tem causado risco profundo de aumentar a vulnerabilidade da cidade.

Então, atenção porque no radar da revisão do Plano Diretor não se quer entrar nesse debate e é impossível fazer uma revisão séria do Plano Diretor aprofundado se não discutir os objetivos sociais, a aplicação de recursos para habitação de interesse social e sem discutir os impactos ambientais e as falhas dessa política que está aí.

Fico por aqui. Agradeço a oportunidade e chamo a atenção a todos que temos de incluir essa preocupação e trazer esse debate do PlanClima que é positivo, mas tem muita coisa a ser feita. É muito plano ainda de diretrizes. Ele não tem projetos-piloto para cada área, para as áreas mais críticas, nível de investimento. Está tudo ainda por fazer. Então, deixo a mensagem para que possamos discutir o PlanClima e ver no que ele precisa ser aperfeiçoado.

Obrigado a todos. Agradeço mais uma vez ao Fórum e a todas as entidades. Parabéns pela luta novamente desses três anos de conquistas e muita coisa ainda temos pela frente.

Obrigado. (Palmas).

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Ivan, pela sua exposição bastante completa.

Tenho certeza de que o Fórum Verde Permanente tem muita conta justamente pela capacidade.

Queria anunciar que o Sr. Pinheiro Pedro, Secretário de Mudanças Climáticas de São Paulo, está a caminho.

Tem a palavra a Sra. Natália Chaves.

**O SR. NATÁLIA CHAVES** – Boa noite a todos que estão presentes.

Meu nome é Natalia. Sou Coveadora da Bancada Feminista do PSOL. Quis acompanhar esta audiência pública porque o trabalho do Fórum Verde é muito importante. Temos acompanhado desde o início do mandato.

Sobre o PlanClima, queria comentar que nosso mandato fez uma audiência pública sobre o PlanClima no ano passado. A gravação está disponível no YouTube para quem quiser acompanhar e mostra os detalhes do que o Ivan falou - que tem pontos positivos, mas ainda insuficiente considerando que é uma emergência. Da mesma forma o orçamento que foi uma vitória, mas considerando que temos uma emergência climática meio bilhão ainda é pouco para a gente colocar o meio ambiente no centro das políticas públicas.

Também queria deixar um informe de que no dia 24 de junho a gente vai ter uma reunião da Frente Ambientalista sobre a crise ambiental e áreas de risco, que também vai ser uma oportunidade de a gente conversar. Os mandatos aqui presentes, Luana e Toninho, são muito ativos na Frente Ambientalista junto com a Bancada Feminista, então, estamos aqui entre parceiros. Estamos sempre nos encontrando nas lutas.

Vou continuar acompanhando a discussão. Contem com a gente. Obrigada.  
(Palmas).

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Natalia. Com certeza, vamos seguir nessa luta.

Vou chamar também agora o Leonardo Maglio, que é do mandato do Vereador Toninho Vespoli.

**O SR. LEONARDO MACHADO MAGLIO** – Boa noite a todos e todas. Estou aqui representando o Toninho que está em uma agenda externa e não conseguiu estar aqui.

Para mim, especialmente, é muito legal estar aqui hoje porque estive aqui três anos atrás participando do primeiro evento que concebeu o Fórum Verde de Praças e Parques. Então, para mim é muito especial estar aqui hoje e para o Toninho também, pois a gente participou de muitas lutas.

Trabalhei inicialmente com o mandato do Natalini, então, acompanhei muitas lutas

que o Fórum encabeçou na Cidade – concessão de parque, lutas por novos parques, hortas urbanas, a questão dos conselhos gestores. Foram muitas lutas interessantes que a gente pode fazer juntos e criamos muitas amizades. Estou aqui com o Chicão, Thiago, Fábio, Ana Aragão, Lucila Lacrete, Toni, Maria Angélica, todo mundo aqui já teve uma interação por conta de alguma luta da Cidade muito pela ausência do poder público nas pautas ambientais da cidade.

Então, temos de saudar o Fórum nesses três anos que tem feito um papel fundamental para a gente possa ter minimamente algumas coisas andando na Cidade.

No que diz respeito a parques, a situação é complicada. Não obstante o esforço da Tamires, que eu reconheço aqui e acompanho de perto, mas a Prefeitura deixa muito a desejar. Temos um Plano Diretor com 167 novos parques previstos em 2014 e um Fundo de Parques previsto no Plano, só que o Fundo de Parques nunca saiu. Ou seja, como vamos 167 novos parques, desapropriação de áreas privadas, se o Fundo não foi encaminhado? Então, é complicado.

Os planos que a Prefeitura faz são realmente muito bons. O PlanClima tem essas questões de ser uma carta de diretrizes com operações pouco práticas. Os planos, em geral, que a Tamires citou, são bons, mas a implementação não acontece. Ficam planos de armário, de gaveta. Isso é um problema sério da Prefeitura.

Precisamos, sim, implementar os planos e colocar os parques nas sobretudo por conta das mudanças climáticas que já foi falado extensivamente e eu não vou entrar muito nessa questão, mas a gente precisa acelerar no que diz respeito à adaptação. A Cidade precisa se tornar mais resiliente para as mudanças climáticas.

Tem o plano de área de risco previsto no Plano Diretor e também não saiu. Então, as pessoas que estão em área de risco estão vulneráveis pela ausência do poder público.

Para finalizar, a questão das nascentes é uma coisa que temos tocado desde o início do ano passado que é o Projeto 719/2021. Tem vários coautores nesse projeto de proteção e reconhecimento das nascentes. A Ana Aragão ajudou muito e outras pessoas também. A gente está otimista em aprovar esse projeto o quanto antes.

É isso. Obrigado. (Palmas).

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Leonardo.

Eu pergunto se ainda não chegou o Secretário de Mudanças Climáticas? Está bem. Quando ele chegar, vou passar a palavra para ele.

Eu queria, então, seguir com os nossos convidados. Tem a palavra o Professor Francisco Eduardo Bodião, o famoso Chicão.

**O SR. FRANCISCO EDUARDO BODIÃO** – Quero saudar todo mundo que está nos acompanhando de casa, no auditório. Em especial, saudar a Vereadora Luana Alves pela audiência, Vereadora que tem nos acompanhado nesses anos, tem acompanhado a luta do Fórum, então reconhecer o esforço. Quero saudar a Natália, pelo esforço da Bancada e por acompanhar a gente; Professor Toninho Vespoli, representado pelo Sr. Ivan Maglio, companheiro nosso de muito tempo; a Sra. Tamires, representando a Secretaria do Verde, na pessoa do qual saúdo os trabalhadores e trabalhadoras da Secretaria, que são incansáveis. A Secretaria que está pagando o preço das escolhas de cada governo, de reduzir o orçamento, de reduzir o corpo técnico, mas é representada por técnicos e funcionários que são combativos e são muito importantes nessa luta.

Sou Professor, faço parte do movimento Parque Chácara do Jóquei, que existe há mais de 20 anos, e integro o Fórum Verde Permanente de parques, praças e áreas verdes da cidade de São Paulo, que completou três anos no último dia 03.

Vou contar a história do Fórum, que todo mundo já conhece, mas que é bom a gente reafirmar o tempo todo. O Fórum surgiu em 2019, resultado da articulação e mobilização de ativistas, conselheiros gestores de parques e Cades, pesquisadores, estudantes, cidadãos e cidadãs, preocupados com as questões ambientais da cidade, principalmente depois do início do processo de concessão de parques em São Paulo e do agravamento do desmatamento e degradação de áreas verdes e de proteção ambiental e de mananciais.

Sobre as áreas de mananciais, fizemos importantes debates na Casa reivindicando o dossiê elaborado pelo Vereador Gilberto Natalini.

Sobre o processo de concessão, atuamos criticamente sobre a proposta elaborada pela SP Parcerias, que priorizava a exploração comercial dos parques da cidade, em detrimento da proteção ambiental e desenvolvimento humano e social possível através da utilização desses espaços públicos, como áreas verdes e de efetivação de programas e projetos de esporte, lazer, cultura, saúde, inovação tecnológica, empregabilidade, entre outros.

Após a intensa mobilização da sociedade civil e tentativas de mudar o princípio dessas concessões, a proposta inicial foi timidamente alterada pela SP Parcerias, o que nos obrigou a busca a judicialização do processo através de uma ação do Vereador Gilberto Natalini e do Ministério Público, através da atuação do Promotor Dr. Carlos Henrique.

Conseguimos na justiça o acordo com a Prefeitura, que assumiu que para o avanço de qualquer proposta de concessão de parque planos diretores ou de gestão seriam confeccionados com a ampla participação da sociedade civil e dos usuários e frequentadores de parques na Cidade. Essa demanda está muito atrasada, então faço uma reivindicação para a Tamires, para que possamos dar sequência na confecção dos planos diretores. Vitória importante, que recolocou e reconfigurou a importância dos parques urbanos, mas principalmente seu sentido e uso público, vitória também que devolveu o protagonismo e importância a SVMA, que na primeira fase desse processo ficou submetida a SP Parcerias.

Esse conflito de responsabilidades e interesses reafirmou o que no tempo vem acontecendo com uma das mais importantes Secretarias Municipais: o seu enfraquecimento e desmonte.

Precisamos da ajuda desta Casa para a recuperação da SVMA, de sua estrutura funcional e orçamento, para que possa cumprir com o seu papel, que a cada ano se torna mais complexo.

Em 2010, o orçamento da SVMA correspondia a 1% do orçamento total da Cidade e, até 2021, esse percentual vinha diminuindo drasticamente. O Fórum Verde apresentou essa demanda do aumento do orçamento do Verde para 1% em sua carta compromisso em 2020 aos candidatos e candidatas ao Executivo e à Câmara de Vereadores da Cidade de São Paulo.

Naquela época, o Prefeito Bruno Covas assinou o compromisso de retomar o patamar de 1%. Em 2021, após ampla mobilização da sociedade civil, apoiando a campanha do 1% promovida pelo Fórum, também com o apoio de Vereadoras e Vereadores desta Casa, o orçamento do Verde subiu de 0,36% para 0,55% do total do orçamento da Cidade.

O Fórum Verde saúde esse importante avanço do Executivo na direção de retomarmos o patamar mínimo de 1% para o meio ambiente, mas seguimos mobilizados em campanha para o aumento desse montante. Contamos com as Vereadoras e Vereadores para que esse percentual possa ser ampliado em 2023.

Sem qualificação orçamentária, sem restituição do seu quadro funcional e de carreiras, a SVMA vem perdendo, ano a ano, a capacidade de cumprir com o seu papel, que deve ser complementado e apoiado através da participação social, a partir dos Cades e conselhos gestores de parque, que precisam ser respeitados no cumprimento de suas funções e capacidade de fazer o controle social da gestão pública, que na direção dos parques urbanos exige qualificação profissional, técnica e sensibilidade social para a administração dessas áreas verdes, o que em muitos casos não acontece, já que a maioria dos administradores de parques não tem formação e são indicações políticas.

Precisamos da ajuda desta Casa para a garantia de uma carreira específica e de dedicação exclusiva à carreira de administrador de parque. A importância cada vez mais estratégica de potencialização do orçamento da cidade e da articulação intersetorial de Secretarias Municipais exige uma proposta mais ampla e diversa de gestão e investimento nos parques públicos, que hoje são 107, com a previsão de criação de mais de 167 pelo PDE.

Não existe uma única solução para a gestão dos parques da Cidade. A concessão, com a revisão de suas características, pode ser uma alternativa, mas é impossível ser a única: as parcerias e colaborações, além do envolvimento de organizações não governamentais e a sociedade civil na gestão e administração dessas áreas, precisam ser potencializadas e garantidas, o que também envolverá o envolvimento e engajamento desta Casa no debate e formulação de nova legislação.

Agradeço a oportunidade. Apresento a disposição do Fórum Verde Permanente em apoiar e ajudar no avanço desse debate de novas conquistas para a cidade.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Chicão. Fico sempre agradecida do quanto eu aprendo com o Fórum Verde Permanente, desde antes de ser Vereadora, e sigo aprendendo, fico contente com isso.

Tem a palavra a Sra. Claudia Martins.

**A SRA. CLAUDIA MARTINS** – Boa noite a todos, todas, todes. Sou Conselheira do Parque da Aclimação e membro do Fórum Verde Permanente, e eu gostaria de falar sobre os conselhos gestores dos parques municipais.

Nesse quadro de emergência climática muito bem apresentado pelo Professor Ivan Maglio, a presença de áreas verdes na Cidade é essencial para neutralizar o carbono, para auxiliar a regulação da temperatura, absorver a água da chuva, filtrar sedimentos do solo etc.

Os parques são fundamentais nesse quadro e os seus conselhos gestores também, porque são esses conselhos que auxiliam na gestão, na avaliação, planejamento e execução das atividades referentes aos parques.

Atualmente, os conselhos gestores enfrentam vários problemas. Primeiro, quando foram criados em 2003, os conselhos tinham caráter deliberativo, o que foi mantido na lei que os regulamentou em 2013. Entretanto, essa lei foi alterada em 2018 por uma lei que retirou a expressão "funções deliberativas" da lei original. Sintomaticamente, um pouco antes de se iniciarem os processos de concessão dos parques.

Eu gostaria de fazer um apelo a todas as Vereadoras e Vereadores pela aprovação do PL 420, apresentado em 2018 pelo ex-Vereador Natalini e pelo Vereador Eduardo Suplicy. Esse PL restitui o poder deliberativo aos conselhos gestores dos parques municipais. Isso é muito importante para que esses conselhos possam atuar de forma democrática e autônoma, auxiliando na gestão dos nossos parques.

Para os conselhos dos parques que foram concedidos, isso é ainda mais importante.

No Parque Ibirapuera, por exemplo, a concessionária não consulta e nem informa o conselho gestor sobre nada. Se o conselho tivesse poder deliberativo, isso ajudaria na fiscalização da sociedade civil sobre a atuação das concessionárias.

Segundo: em parte, devido à eliminação da função deliberativa dos conselhos gestores, temos a falta de reconhecimento pelos órgãos públicos da importância desses conselhos. Muitas vezes, a própria Secretaria do Verde toma decisões, que deveriam ser submetidas aos conselhos gestores, sem sequer consultá-los.

Terceiro: não existe um canal de comunicação direta entre os conselhos gestores e a Secretaria do Verde. Geralmente, a Secretária se comunica apenas com o administrador do parque, e este nem sempre repassa a informação aos demais conselheiros.

Quarto: a falta de recurso e funcionários da Secretaria do Verde – como Chicão já observou. O Fórum Verde vem batalhando há tempo pelo aumento da parcela do orçamento dedicada à Secretária do Verde. Este ano, tivemos esse leve aumento de 0,3 para 0,55%; mas nós lutamos pela ordem 1%, no mínimo.

Esse porque aumentou melhorou bastante, por exemplo, o serviço de manejo nos parques, que é um serviço terceirizado. Mas, ainda há uma terrível falta de funcionários e técnicos na própria Secretária do Verde, o que faz com que muitas vezes as demandas dos conselhos gestores não sejam atendidas.

Apenas para citar alguns exemplos, os serviços de manutenção dos parques têm apenas um funcionário para atender todos os parques. Quando é preciso consertar um portão quebrada, quando tem algum problema de eletricidade, enfim, todos esses problemas que ocorrem no dia a dia dos parques.

Outro exemplo é a questão das atas das reuniões dos conselhos gestores, que não estão sendo publicadas no *site* da Secretária do Verde. A alegação é de que os funcionários estão sobrecarregados, que não têm tempo de cuidar disso. Mas isso é um absurdo, porque a aplicação das atas é uma exigência legal. Eu gostaria então de pedir às Vereadoras e aos Vereadores desta Casa que aprovassem a abertura de concursos para prover a Secretaria do

Verde de funcionários.

Quinto: a falta de qualificação dos administradores de parques.

Nós temos ótimos administradores, que conhecem a área ambiental e têm experiência na gestão de parques, mas não é o caso de todos.

Soubemos agora que a Secretaria do Verde já está estruturando uma carreira de administrador de parques com capacitação técnica para, no final do processo, abrir um concurso público para contratação de administradores. Isso foi resultado de uma proposta apresentada pelo Fórum Verde numa audiência que fizemos no ano passado nesta mesma comissão, convocada pela Vereadora Luana Alves.

Saudamos essa iniciativa da Secretária do Verde e esperamos que ela seja realmente implementada.

Era isso que eu gostaria de falar para vocês.

Muito obrigada a todos. E, em especial, muito obrigada à Luana. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Eu que te agradeço, Cláudia.

É fundamental o que você trouxe sobre o conselho dos parques. Primeiro, sobre a questão da gestão dos parques, que é uma coisa que já foi trazida aqui. E a questão do conselho é fundamental, porque se não consegue ter um caráter deliberativo, um caráter decisório, fica muito complicado. Fica um grupo que só tem o poder de dar opinião, sendo que é uma ferramenta de controle social. É inviável.

A nossa próxima convidada é a Dra. Renata Esteves.

**A SRA. RENATA ESTEVES** – Boa noite para todos.

Eu queria fazer talvez mais rápido do que eu gostaria colocações a respeito de como a cidade de São Paulo está se portando relativamente à questão da resiliência, algo que foi tão bem colocada como absolutamente obrigatória nesse ambiente de mudanças climáticas pelo Ivan.

Na verdade, com muita franqueza, eu acho que não vale a pena enfrentarmos problemas com menos do que uma grande franqueza.

A cidade de São Paulo deu um passo muito mal dado com relação à resiliência. Aliás, ela caminhou de uma maneira absolutamente antagônica à resiliência quando a Câmara aprovou no passado, e o Prefeito sancionou agora no dia 28 de abril, a Lei 17.794/2022.

Esta lei é de um resultado absolutamente catastrófico para a cidade de São Paulo. Ela se originou de um projeto de lei, o PL 391, em que o Prefeito, ao argumento de que o regime normativo que tínhamos, que era da Lei 10.365/87, remontava à década de 1980, querendo dizer com isso que era um instrumento jurídico. E deveria, porque era velho, ser reformado. Só que o Prefeito, com todo o respeito, esqueceu de dizer que, embora ele fosse velho, ele era absolutamente moderno, porque foi essa lei da época do Prefeito Jânio Quadros que trouxe o maior avanço ambiental que São Paulo já viu, porque simplesmente ampliou as garantias que o Código Florestal da época já dava para a manutenção da massa verde na cidade de São Paulo.

Com essa lei agora, que é uma lei nova, mas é uma lei absolutamente retrógrada, que está promovendo o maior retrocesso ambiental que a cidade de São Paulo pode ver, o que se fez, com a aprovação, evidentemente, da Câmara de Vereadores: ele resolveu tirar da lei o artigo que garantia a preservação de áreas de vegetação permanente. E o que são essas áreas de vegetação permanente? Segundo a lei, aquela vegetação de porte arbóreo que constituísse bosque ou floresta heterogênea que formasse uma mancha contínua de vegetação superior a 10 mil metros, se localizasse em parques, praças ou logradouros públicos em regiões carentes de áreas verdes ou em encostas com declividade superior a 40%.

E nós, quando pensamos nisso, atualmente, pode vir à mente a fotografia que o Ivan mostrou da Mata Esmeralda. Posso também chamar a atenção para o Jardim dos Alfomares, na região do Alto da Boa Vista. E muitas outras áreas da cidade que, retirada essa proteção, podem ser derrubadas para a construção de empreendimentos – como o Ivan anunciou na Mata Esmeralda, e como existe projeto no Jardim dos Alfomares.

Agir desta maneira não colabora com a resiliência da cidade, pelo contrário; age contra o interesse público e em favor de aparentes interesses privados. Tanto é assim que essa modificação da lei significa um grande retrocesso e um mal para a cidade de São Paulo, que o

Ministério Público, no parecer que fez a respeito dessa mudança legislativa, concluiu assim: o PL 391/2021, que deu origem a esta lei, está em completo antagonismo à importância fundamental da vegetação arbórea para o amortecimento das recorrentes cheias da cidade de São Paulo, isso porque o desmatamento tem uma relação absolutamente direta com o agravamento das enchentes – que, como já mencionou o Ivan, elas eram muito grandes e graves na cidade de São Paulo, e vem paulatinamente piorando, como o quadro que assistimos neste último fevereiro no bairro de Pinheiros.

A tramitação desse Projeto de Lei 391 me fez lembrar a referência que a Vereadora Luana fez no começo da sua fala sobre a questão ambiental que é discutida em meios restritos sem a participação social.

Foi exata a observação para esse caso, porque o PL 391, a despeito de todos os esforços da sociedade civil e do Ministério Público que ajuizou uma ação, inclusive, nesse sentido para proteger e garantir o controle social na gestão ambiental da Cidade, o projeto simplesmente passou pela Câmara com duas audiências públicas, sendo que numa falaram três pessoas – sendo eu, uma delas – na outra, falaram quatro. O público era reduzidíssimo, não houve ampla e prévia divulgação das audiências, de forma que não houve participação social. A lei tramitou assim sem a discussão pública absolutamente necessária.

Lembro às senhoras e aos senhores que a Constituição determina que o meio ambiente é um direito de todos, deve ser garantido para as presentes e futuras gerações. É um patrimônio público, portanto, é absolutamente necessária a participação social.

Por último, quero lembrar – infelizmente, meu tempo é curto -, que a sombra, a atitude do Município, também, com muita franqueza, com relação ao desprezo que o Município tem mostrado aos estudos ambientais.

Nós tivemos, por iniciativa do Ministério Público e da Defensoria Pública, o ajuizamento de três ações civis públicas, em que essas instituições, no interesse público e na preservação do meio ambiente, pediam que fossem feitos prévios estudos de impacto ambiental nos chamados projetos de intervenção urbana, os PIUs. A medida deveria ser tomada

exatamente para três PIUs: o Arco Pinheiros, o PIU Central e o Arco Jurubatuba.

No Judiciário esse reclamo foi muito bem aceito, conseguindo liminar, sentença, confirmação pelo tribunal, dizendo da necessidade desses estudos ambientais prévios nas áreas desses PIUs.

A Prefeitura de São Paulo, no trabalho pela resiliência e pela preservação e qualificação do meio ambiente natural urbano, ao invés de fazer os estudos e promover a preservação e qualificação, resolveu que seria melhor ir ao Superior Tribunal de Justiça e obter uma liminar.

Essa liminar foi comemorada efusivamente pelo então Secretário do Licenciamento Urbano, em rede social, cumprimentando as procuradoras que tinham ajuizado essas medidas, porque no STJ, por uma liminar do seu Presidente, que está sendo combatida pelo Ministério Público e pela Defensoria, conseguiu que os estudos prévios não sejam feitos.

Exponho, portanto, essa perplexidade para as senhoras e senhores, em especial para a Vereadora Luana que sei é uma defensora da causa ambiental também, dentre outras importantes, que possa na Câmara de Vereadores envidar todos os esforços para que as tentativas da Administração Pública não produzam resultados.

Por fim, quero dizer, repetindo a fala da Vereadora, que no Plano Diretor a questão ambiental é secundarizada. Ela tem toda razão. Não por causa do Plano Diretor, porque o Plano traz diretrizes ambientais importantíssimas, há normas de obediência à política ambiental, mas a Administração Pública lê o Plano Diretor em pedaços, não sistematicamente como ele deveria ser lido.

O Ivan Maglio fez um recente trabalho importantíssimo mostrando essa questão.

Caso a lei fosse lida sistematicamente como é de rigor, inclusive, em Direito, na técnica jurídica, nós não estaríamos certamente assistindo os desastres ecológicos e ambientais que a cidade de São Paulo tem assistido. O problema é que a Administração lê o Plano Diretor a tiras.

Para as construções que são feitas, por exemplo, nos eixos da estruturação urbana,

ela lê no que diz o gabarito ou a falta de gabarito, ou o tipo de projeto que pode ser feito ali, mas não lê a parte do Plano que diz como são as diretrizes ambientais. Então o que falta é a Administração Pública ler a lei sistematicamente.

É claro que há coisas que precisam ser aperfeiçoadas, mas, certamente, há coisas que têm de ser lidas por inteiro, como deve ser, não a tiras. Nesse sentido, me parece que é mais uma questão política, de interesses específicos, não uma questão pública, como é de rigor e se impõe o artigo 37, da Constituição, que traz como primeiro princípio da Administração Pública, o carro chefe de todos, que é a proteção do interesse público.

Muito obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Renata. Só dois comentários rápidos sobre o que você falou.

Sobre o Plano Diretor, eu tenho total acordo, é secundarizado, na verdade. É total o fatiamento e a fragmentação. Inclusive, agora, já está uma fragmentação do Plano Diretor concreta, mesmo porque estão vindo uma série de projetos de leis para esta Casa, que determinam mudanças urbanas, de licenciamento, que são escopo de Plano Diretor. Deveriam vir no Plano Diretor, mas são mandadas em formato de PLs. Vai aprovando um, vai aprovando outro, vai fechando com a base, de forma que esvazia, inclusive, o próprio Plano Diretor.

Quanto à segunda coisa que você falou, a 391 de 2021, aquela proposta sobre o manejo de poda, enfim, teve a votação contrária da Bancada inteira do PSOL. É triste que o Ministério Público tenha que fazer as vezes de defensor do bom senso. É terrível que aqui nesta Casa, justamente por conta do toma lá, dá cá, por conta das trocas de favores, se tenha uma base aliada tão amarrada a ponto de se conseguir votar um projeto absurdo desses, mesmo com voto contrário da nossa Bancada, e que o Ministério Público, outro Poder que não o Poder Legislativo, tenha que vir defender o bom senso. É vergonhoso, na verdade.

Mas, obrigada pela sua contribuição.

**A SRA. RENATA ESTEVES** - Desculpe, eu queria até esclarecer e fazer jus, evidentemente, a essa realidade que, por conta do meu pouco tempo me faltou, o PSOL

realmente foi o único partido que votou contra o PL 391.

Eu queria, se a senhora me permitisse, fazer só um pequeno registro que acho excepcional essa situação de se conseguir mais fundos. Isso é importantíssimo, é uma luta muito especial da Ana Aragão, do Fórum Verde, de muitas pessoas pela formação de parques, parques lineares e tudo mais, na Cidade, mas também se lamentará se essa luta for vencida por, em seguida, esses parques serem concedidos.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Exato.

**A SRA. RENATA ESTEVES** - Porque o que a gente vê é uma... Lamentavelmente na Câmara a gente tem assistido, na Administração, sobretudo uma tendência de se conceder, não só os parques, mas muitos equipamentos públicos. Então se houver esse esforço de arrecadação de recursos como a Tamires muito bem elogiou e, certamente, é elogiável, para parques e feitos os parques, em seguida, a Administração os conceda para que eles virem locais de *shows*, espetáculos, *shoppings centers* e que tais, eu acho que será lamentável o grande esforço (Palmas) que a população tem dispendido, assim como atores desta Câmara também, em favor desse bem público que é tão importante para a fruição de todos, mas não para render para empreendimentos privados.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Exatamente. (Palmas) Muito bem colocado.

A intenção da gestão é obviamente essa, infelizmente.

Vou passar agora para o Toni Zagato, em seguida para a Ana Aragão.

**O SR. TONI ZAGATO** – Boa noite a todas, todos e todes.

Agradeço aqui o convite; cumprimento a Vereadora Luana Alves, a Sra. Tamires e todos que estão aqui e parabênzo sobretudo o Fórum Verde, que tenho orgulho de ter integrado há quase dois anos e muito orgulhoso de estar construindo todas essas lutas. E aqui a minha responsabilidade é na dimensão do Plano Diretor, com o desafio de, em cinco minutos, tentar dar um pequeno quadro, uma síntese do que a gente tem vivido.

Eu tenho tentado falar um pouco da forma como eu vou falar agora em todos os

eventos públicos relativos a planejamento urbano. Eu acho que falta humanizar esse debate. Hoje eu conferi que ontem, no boletim da Covid, de 6 de junho de 2022, já se registram 42.500 vidas perdidas na cidade de São Paulo. O que a gente contabiliza são as oficiais. Há as não subnotificadas. E precisamente quando a pandemia atingia o período mais dramático, mais obscuro talvez da história deste País, desde 1888, quando o regime da escravidão foi abolido formalmente, a gente viu a Prefeitura de São Paulo iniciar o processo de revisão de uma lei que afeta 12 milhões de pessoas, enquanto as pessoas morriam.

É disso que a gente está falando, dessa moral e dessa ética, quando se inicia o processo de revisão de uma lei de planejamento que afeta 12 milhões de pessoas e o futuro dessas pessoas, do futuro delas e do futuro de quem virá depois delas. E aí é importante se lembrar da responsabilidade, porque essas pessoas estão tanto no poder decisório dos cargos do Executivo quanto do Legislativo nesta Casa.

Então, para começar, eu gostaria de reivindicar um pouco de consciência, por parte das 55 e dos 55 Vereadores que compõem esta Casa, quando falam com as suas bases nesses 12 milhões de pessoas. Revisar o Plano Diretor nas condições de uma pandemia só vai agravar a situação. Em nenhum lugar do mundo, isso melhoraria as condições ambientais.

Então, dado esse começo, acho que é importante qualificar o que a gente vai caracterizar e o que a gente vem enfrentando concretamente desde o início do ano passado, quando, em meio a esse período mais obscuro da pandemia, a gente começou a ver a gestão contratar sem licitação por um milhão e meio de reais uma entidade particular, para fazer a revisão, sem licitação. Isso foi questionado e foi suspenso na Justiça, porque não atendia aos menores princípios constitucionais, como a Renata falou, da Constituição Federal, do artigo 37, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Nada disso estava sendo respeitado, mas, não obstante, a boiada continuou.

E aí muitas organizações, quase 500 delas. Quinhentas associações e entidades da sociedade civil se auto-organizaram e constituíram uma frente de movimento chamado Frente São Paulo pela vida, justamente para acompanhar, porque se percebiam diversos problemas de

transparência e de método mesmo, de como que essa revisão iria ser conduzida, porque não havia informações disponibilizadas para a população. E essa frente foi produzindo documentos, evidências e elementos para subsidiar o debate público, que estava sendo concentrado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, não fornecendo acesso às informações. A gente sequer tem o número do processo CEI até hoje, que trata de todos esses documentos, mas, enquanto isso, um comitê gestor, formado exclusivamente pelo setor empresarial, sobretudo imobiliário, estava sendo constituído, para, em diálogo direto com a Prefeitura, formular como devem ser as nossas vidas. Falo de doze milhões de pessoas sob o controle do mercado imobiliário.

Bom, isso foi sendo questionado também pelo colegiado, que tem função deliberativa, que é o Conselho Municipal de Política Urbana, do qual eu passei a fazer parte, em outubro, junto com membros aguerridíssimos e que também reivindicaram, em documentos oficiais, e mais outras vezes não foram sendo respondidos. Foram, no máximo, recebendo respostas evasivas, com falta de documentação e sem nenhuma fundamentação técnica científica, para justificar as tomadas de decisão, que já estão impactando o erário, impactando o orçamento.

E apesar disso tudo, a revisão continuou, até que, quando chega a este ano, no início, a gente continua reivindicando esses documentos, um diagnóstico, algo que seja consistente e passível de debate público, passível do contraditório no estado democrático de direito; mas, até aí, nada sendo apresentado.

E de repente, um documento chamado diagnóstico é apresentado com uma semana de antecedência, contendo 393 páginas, para que conselheiros, que são voluntários, analisem esse documento e possam se manifestar em três minutos cada um, durante uma reunião, para falar sobre 393 páginas.

Enquanto isso, o mercado pode ter horas de YouTube e encontros com o Prefeito e encontros com o Secretário de Urbanismo e Licenciamento, para tratar do que são as suas demandas econômicas. Ou seja, não se trata de demandas de vida. São demandas de lucro,

que são colocadas acima de tudo e de todos, para implementar uma agenda que favorece a interesses específicos.

Bom, e aí começam as audiências públicas, e aí vemos a tradição mais autoritária brasileira se manifestando no corte das falas das pessoas que não tinham conseguido, até esse momento, se manifestar, porque o espaço era muito restrito, inclusive com corte de compartilhamento de telas, compartilhando o texto da lei.

Vejam: Não era um texto individual. O texto da lei não era permitido de ser compartilhado na tela. Alguém não quer que a lei seja vista e seja compreendida. Então, foi nesse caminho, em paralelo, que a Defensoria Pública e o Ministério Público do Estado foram sendo permanentemente acionados e convidados a participar de reuniões junto com pessoas, membros da frente das organizações de institutos e também conselheiros e conselheiras da sociedade civil dentro do CMPU, do Conselho Municipal de Política Urbana, justamente porque a sociedade civil, apesar de auto-organizada, não estava conseguindo fazer ver o que é o óbvio, que isso não é forma de se pactuar nada. É uma forma de imposição, e onde há imposição não há democracia.

Então, é nesse estado da arte, da antiarte ou da arte do cinismo, no trato com a coisa pública, que a gente tem visto o encaminhamento do Plano Diretor, que é muito baseado em *marketing* colocado nas mãos de assessorias de imprensa contratadas, para coordenar um documento de planejamento urbano - isso consta nos documentos - e publicar no Instagram. É assim que se faz a lei de planejamento da maior Cidade do Hemisfério Sul do planeta Terra.

É dessa forma que a revisão do Plano Diretor tem sido conduzida. Então, quando a gente se pergunta por que 167 parques não foram implementados; ora, a resposta está nesse método, porque não interessa implementar, porque isso significa democratizar o poder dentro da Cidade, porque isso significaria conferir poder deliberativo para os conselhos gestores, conferir poder deliberativo e transparência ao uso dos recursos públicos do orçamento.

Da mesma forma, isso tem sido conduzido o Plano Diretor, tornando-nos cidadãos e cidadãos de doze milhões, dependentes da gestão do momento, do secretário do momento, do

gestor do momento e não da nossa própria organização e do que a Ciência tem mostrado. Se nós não tivermos um planejamento de baixo para cima, este planeta vai colapsar. Nós estamos simplesmente na maior cidade da América do Sul.

É isso. Obrigado. (Palmas).

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Toni. Sempre importante essa lembrança de que, de fato, esta gestão queria fazer um debate do Plano Diretor no meio da pandemia achando que isso era participação social. Então, é muito grave. Ataque atrás de ataque.

Mas vamos continuar. A gente sabe que não tem condição ainda de fazer esse debate. Se for feito, tem que ser feito de forma honesta e não cínica. Foi uma palavra que você usou e que veio a minha em muitos momentos no trato com a Prefeitura.

Queria chamar para finalizar o nosso bloco de convidado a Ana Aragão.

Parece-me que o Gilberto Natalini teve um problema para vir e acho que ele não vai conseguir participar. Vou confirmar.

Tem a palavra a Sra. Ana Aragão.

**A SRA. ANA ARAGÃO** – Boa noite a todos.

Gostaria de falar em nome do Fórum Verde que nós gostaríamos muito de ver todas as praças da cidade cheias de vida e de gente também.

Não tenho um quadro geral das praças adotadas na cidade, mas no Butantã das 500 existentes apenas 150 recebem o Termo de Cooperação, como é chamado aquele contrato que você faz uma parceria com a Prefeitura, adota a praça e passa a ser responsável por ela. Essa diferença gritante mostra o enorme abismo que existe entre a conscientização e a sensação ou noção de pertencimento perdido. A palavra pertencimento acho que é o nosso principal mote.

As áreas verdes municipais não têm tido a utilização que elas deveriam ter e também não são tratadas como deveriam ser. Isso acontece porque a população não se apropria dessas áreas, que são nossas, e que deveriam ser tratadas como um bem maior e um privilégio, como nossas mesmo e ter essa conscientização.

Sou meio suspeita até porque entendo que todas as praças deveriam ter aquela relação de afetividade, de pertencimento. Justamente por serem são locais de intensa relação social a céu aberto, um convívio com o céu, com o sol, com o gramado, com a terra, folhas, com as abelhas, com os pássaros. Enfim, uma interação. Por esse motivo, defendo o Termo de Cooperação que é justamente a ferramenta jurídica de apropriação e de pertencimento - novamente falando a mesma palavra - em conjunto com a Prefeitura.

Recentemente, o que considero um verdadeiro absurdo e pediria até a atenção dos Vereadores nesse sentido e trago minha indignação é com relação ao Termo de Cooperação. Esse Termo passou para responsabilidade da Secretaria da Administração Regional, o que parece ser um verdadeiro absurdo porque, na verdade, a gente poderia até dizer que é uma aberração porque as Praças estão inseridas na cidade em determinadas áreas, em determinadas regiões, elas são particulares – particulares, no sentido de dizer que elas têm um determinado perfil. Algumas são muito ocupadas por moradores e estão em áreas mais residenciais; outras estão em áreas comerciais; outras são tem uma intensa ocupação, como a de Higienópolis que acabou virando Parque, mas tem uma intensa ocupação de pessoas. Então, essas praças estão principalmente com a população que mora no entorno e nas proximidades. Tem na questão das Subprefeituras, dos funcionários que são técnicos qualificados e que conhecem cada uma delas, sabem como é que elas surgiram, qual o perfil de cada uma.

Portanto, as Subprefeituras é que deveriam não só fiscalizar, mas acompanhar essas áreas que são de lazer e de participação e interação com a natureza. Tenho uma praça, por exemplo, na minha região, onde as pessoas se sentam no gramado, elas ocupam durante o final de semana, aliás durante todo dia - de manhã, à tarde, à noite – passeiam, sentam-se, levam seus cachorrinhos, seus bichinhos para passear, a criançada anda de bicicleta, rola no chão na grama e tudo mais e todo tipo de convívio que existe entre os moradores da região.

Então, dessas 150 entre 500 disponíveis, é uma diferença muito grande para as pessoas se apropriarem. Jamais poderíamos passar essa função de concessão de um termo de parceria para uma secretária que vê de uma forma globalizada, de uma forma fria, como se todas

as praças e ruas fossem iguais e como se as praças não tivessem suas próprias personalidades.

Faço um brado do Fórum Verde pela preservação e proteção e apropriação, mas uma apropriação com afeto por essas áreas verdes.

Muito obrigada. Boa noite. (Palmas).

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Ana. Agradeço pela sua contribuição, pela sua participação.

Terminado esse bloco de fala de convidados e convidadas, queria dizer para todo mundo que teremos ainda as falas dos inscritos pelo Portal da Câmara.

Acredito que posso passar um pouquinho a palavra para Tamires, se quiser fazer uma devolutiva de tudo que foi dito.

**A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA** – Pode ser.

Anotei algumas coisas que eu vou tentar falar bem rapidinho.

Com relação ao PlanClima que muita gente falou que ele precisa de aprimoramento. Nenhum plano vai dar conta sempre de tudo. Isso é uma coisa que tem que ter muito claro. Não vai dar. E aí eu acho que todo mundo que coloca isso, o Ivan, quando ele colocar isso, eu tenho certeza de que ele tem total clareza de quais são esses pontos. Então, o Ivan está ali sempre com a gente. Naturalmente, isso pode trazer para a gente, para a Secretaria do Clima que foi depois criada para o acompanhamento disso e para que essas coisas sejam aprimoradas. Muitas das coisas vão acontecendo na implementação.

Só acho que temos de tomar um pouco de cuidado para sempre olhar que isso foi feito que é uma coisa importante e que a gente trabalha muito para chegar e aprimorar o negócio de fato para o negócio rodar. Vou sair em minha própria defesa e da Prefeitura porque, às vezes, chegam muitas das reclamações “que está errado, que está isso, está aquilo”, mas pouco propositivo.

Dia a dia, a Câmara com certeza, a gente ali é uma loucura. Então, é o dia inteiro. Se a coisa não vem, tipo, vamos sentar e resolver e fazer. Estou falando isso também por mim, pela Secretaria do Verde - não sei como funcionam as outras porque provavelmente alguns se

esquivam - para que a gente realmente tenha coisas mais produtivas para cidade e que a gente consiga realmente avançar. Senão ou a gente estagna ou anda para trás ou vira aquela coisa também de tratorar tudo que é tudo o que a gente não quer. A gente sabe.

O Toni falou agora do Plano Diretor, que Defensoria, Ministério Público entrou. O Chicão sempre coloca muito a questão das concessões também. Chega Ministério Público, sociedade civil e, enfim, as pessoas que lidam ali com a gente na Secretaria sabem que a gente tenta o máximo possível chegar sempre a algum tipo de consenso para resolver as coisas da melhor forma possível.

Sobre a questão do orçamento, quero colocar uma coisa muito clara para todo mundo. O orçamento que a Secretaria recebeu, passou no PPA, então, 2022, 2023, 2024 e 2025, o que nós temos planejado é suficiente para manter a gestão dos parques, tal como eles estão, e com a projeção que temos de aumento dos parques.

---

A Secretaria tem dificuldade ainda, obviamente porque a gente tinha uma estrutura, em 2013, que caiu, caiu, caiu, caiu, e só em 2019 que a gente começou a ter fôlego, de novo, de investimento; e agora, como o novo orçamento, com o novo PPA, que a gente passou a ter fôlego também para atividade, para custeio. Então, é muito difícil também você se estruturar rapidamente para ter capacidade e execução.

Em termos do que a Secretaria precisa para manter o parque em ordem, contratos de vigilância, manejo, manutenção civil, todas essas coisas, esse dinheiro hoje atende a isso. Na elaboração da LOA 2023, também a gente já está prevendo todas essas coisas e a minha preocupação hoje é gastar o dinheiro para mostrar para todo mundo que a gente realmente precisava do dinheiro, porque quando chega sempre próximo ao final do ano a gente é cobrado da execução orçamentária.

Quem trabalha no Poder Público sabe o quanto é complicado conseguir passar por todo o processo de licitação e ainda executar tudo o que foi previsto para aquele ano, é muito complicado. Então, eu até já me coloquei à disposição para explicar o caso da própria Secretaria do Verde, a questão do orçamento, de forma bem clara para todo mundo; porque, às vezes, a

gente vai atrás de um montão de dinheiro e não sabe como usar tudo aquilo. Essa é a minha preocupação.

Então, o recurso é importante, mas a capacidade de execução também é. E isso está atrelado a uma outra questão que vocês levantam, de aumentar o quadro técnico. Porém, os procedimentos são burocráticos, eles demoram, a depender do tamanho da licitação, do volume disso: são muitas empresas disputando, os recursos. Vocês não têm noção da quantidade de mandado de segurança que a gente teve que responder nos contratos novos de manejo e vigilância, que a gente começou a licitar em agosto, setembro, e saiu em abril. É uma série de questões que a gente tem que olhar de forma mais minuciosa.

Não estou falando para vocês não brigarem pelo orçamento, não é isso. mas esse fôlego é suficiente para que a gente realmente tenha perspectiva e consiga começar agora já a pensar no próximo PPA, que será em 2026. Essa é a perspectiva que a gente tem que ter.

Basicamente o que a gente tem de recurso na Secretaria hoje é quase tudo manutenção. E os investimentos, a implantação de parques, vêm muitos dos fundos municipais.

A gente tem sido cobrado sobre a regularização do Fundo Municipal dos Parques. Eu não sei como ele foi concebido, como foi criado, mas ele é uma proposição absolutamente inócua. Da forma como ele está desenhado, não funciona. A gente não tem como fazer uma previsão de quanto vem de doação, de onde vem o fundo, qual é a fonte desses recursos, e ele atende única e exclusivamente as desapropriações. Só que os três fundos que a gente trabalha também atendem a desapropriação: o Fundo Municipal do Meio Ambiente, o Fundurb e o FMSAI.

Então, o FMP não tem tanta importância assim. Não sei se vocês sabem, para cada um real que a gente recebe de doação, a Prefeitura coloca mais um real. Só que, se você me doar um real hoje, eu tiro esse um real de onde eu não previ no orçamento, então é um mecanismo muito complexo.

A gente fez algumas proposições para fazer algumas alterações no Plano Diretor, para que ele fique um fundo de parque e que atende não só a desapropriação, mas também a existência dos parques, o funcionamento deles, porque o FEMA tem uma finalidade específica,

o FMSAI e o Fundurb, enfim, todos os outros têm isso, então ele precisa ser aprimorado. Esse é um dos pontos que a gente aponta para ele ser revisado no Plano Diretor. Então, não nos cobrem mais sobre o FMP, porque ele realmente não funciona como ele foi desenhado, ele não foi funciona.

O Chicão falou de uma questão que a gente vem estudando, vem entendendo como isso deve ser feito, que não existe um único modelo de gestão de parque e de qualquer equipamento público, então a gente precisa pensar melhor como a gente vai fazer isso, por exemplo, com parcerias pontuais, parcerias para o parque inteiro, uma questão com o terceiro setor. As concessões são uma realidade, mas não é a única.

Agora vendo o Parque Ibirapuera, todas essas coisas, eu vejo que é um universo bastante restrito para São Paulo. Não dá para falar que vamos conceder todos os parques, como foi lá atrás, e a gente sempre falando que é muito difícil tratar dessa forma. Não se aprendeu no amor, aprendeu na dor. Então, os modelos de gestão precisam ser discutidos e aplicados. A gente tem alguns modelos, como o Parque do Povo, o Burle Marx, o próprio Ibirapuera, e ver como a gente aprimora todas essas questões.

A questão dos administradores é um ponto. A gente tem hoje 111 parques abertos à população, então imaginem quanta gente na administração. A gente está retomando, de fato, essa estruturação da carreira, mas não é um processo rápido, porque é um processo aprovado por lei, depois tem que abrir concurso, que demora, mas a gente retomou a estruturação da carreira de administrador de parque, iniciando uma conversa com a Secretaria de Gestão para estruturar isso.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Desculpe interromper, mas quando você fala que começou a estruturação, foi uma conversa com a Secretaria de Gestão, foi um parecer emitido pela Secretaria?

**A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA** – A gente tem um processo já de muito tempo, que já estava correndo. Ele é um processo físico ainda. E se chegou a uma discussão, aquelas coisas de processo, se realmente seria adequado criar uma carreira de administrador

ou se a carreira do analista de meio ambiente, que já existe, atenderia a essa necessidade. Enfim, muda a gestão, o processo ficou parado e agora a gente está retomando.

E a questão do analista de meio ambiente tem que ser vista com muito cuidado, se continua ou não, porque é abrangente. Então, é uma pessoa que, beleza, pode ser administradora de parque, não que ela só possa cumprir essa função. Então, se de repente essa pessoa não quer mais ficar lá, ela pode ir para outro lugar, que não necessariamente é um parque – e aí ficamos descobertos. Então há uma série de meandros que ainda precisamos realinhar, reorganizar esse debate lá do passado e vemos como que vamos estruturar isso. Então retomamos isso também, porque estávamos muito mais preocupados em conseguir dinheiro para manter a Secretaria, para retomar de pouquinho em pouco, todas as coisas. Lembrando que a última lei da Secretaria do Verde, que é de 2009, determinou isso. Então estamos super atrasados em relação a atender essa demanda.

Eu falei um pouco do orçamento, que fez com que pudéssemos ter melhores contratos. Vocês estão vendo no dia a dia. Também está em licitação o contrato da manutenção civil.

Então quando a Cláudia falou “a Secretaria só tem uma pessoa, que é o coitado do Júlio”, homenagem ao Júlio, o famoso Júlio, é muito difícil também, porque a Prefeitura como um todo já não tem a figura dos agentes de apoio, que eram todos aqueles servidores. Eles foram se aposentando, a carreira foi reestruturada, junto com os AGPPs, aquela história toda, e todo o serviço foi sendo terceirizado. Então esse é um contrato que vai existir e vai melhorar bastante.

Sobre o quadro técnico eu já falei, é absolutamente importante. A Secretaria já não é uma secretaria muito pequena, perto de outras. Temos cerca de 700 funcionários, o que não é pouco, mas ainda é insuficiente para muitas áreas – a própria fiscalização ambiental, o licenciamento ambiental. Então ainda é pouco braço. E isso é realmente algo que estamos estudando, como as carreiras têm que vir. Veio muita gente de concurso para nós, estão chegando, então o quadro está aumentando. Então, de pouquinho em pouquinho, as coisas vão melhorando, mas realmente precisa de uma injeção maior, principalmente das carreiras que são

exclusivas da Secretaria do Verde, que eu falei.

Por fim, a questão dos conselhos gestores.

Conselho gestor dá um trabalhão, dá muito trabalho.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – A democracia dá trabalho. Que bom, né?

**A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA** – Dá um trabalhão. Mas, enfim, eu também sou muito próxima de quase todo mundo que está aqui, a galera que está lá. Eu sou não a única, mas uma das defensoras dos conselhos gestores. Eu estudo o assunto e entendo que isso é uma coisa extremamente importante, principalmente quando temos conselhos gestores que são muito próximos do dia a dia do parque.

O Ibirapuera sofre mais, até por conta da sua dimensão, e também agora com a concessionária, temos uma série de ruídos para resolver. Mas, por exemplo, a própria Chácara do Jockey, que tem uma escala legal de trabalho, envolvimento da população. E isso se reflete diretamente na gestão, a forma como conseguimos resolver, dar respostas mais rápidas.

Quando temos a população superenvolvida, não tem como, é 100% a chance de dar certo. Então realmente eu defendo muito que isso exista.

Com muito custo, conseguimos fazer também as eleições dos conselhos – foram 30 e poucos que foram assumidos. Já tínhamos, mais ou menos, uns 30, vinte e pouquinho, que já existiam. Então, pela primeira vez, passamos de mais da metade do parque com conselhos gestores formados, o que eu nunca tinha visto isso. Você procura as informações e você nunca vai ver essa quantidade. E no começo do ano que vem também já vamos abrir nova eleição-geral para todos os parques que não alcançaram quórum e também para os que vão vencer o mandato, porque de fato estamos com esse esforço de formar todos os conselhos de todos os parques, incluímos até em meta, para que os conselhos gestores dos parques sejam feitos. E nos casos dos parques em implantação, que para mim foi muito, muito, muito legal a experiência de conseguir fazer, que foi, no caso, o Parque Augusta, que, ao longo da construção do parque, o conselho já estava implantado. Então foi muito diferente lidar com desde o início, quando a obra estava acontecendo, termos o pessoal. Depois que o parque abriu, o negócio ficou meio

balanceado, mas o pessoal está sempre ali, leva as informações e nos ajuda bastante. Isso porque ficamos na Rua do Paraíso, não temos como estar em cem lugares ao mesmo tempo. E se não tem todos esses olhos, dificulta mesmo enxergamos algumas coisas que estejam acontecendo.

Por fim, eu já falei da plataforma, que está *online*, pequenininha, mas é uma plataforma muito grande, que é o WebParques, para trazermos mais transparência. O pessoal falou de ata, da composição do conselho, uma série de informações que ficam pulverizadas e perdidas, e estamos trabalhando muito para colocar num único lugar tudo que tivermos de informação do parque e que for informação gerencial – quanto custa aquele parque, quem é o conselheiro. “Ah, o Chicão é o conselheiro do Jockey? Então vou mandar e-mail para o Chicão”.

Bom, das coisas que eu anotei, eu acho que é isso.

Eu fico super à disposição, Vereadora.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Tá certo. Obrigada, Tamires, pelo seu retorno.

Eu vou fazer uma fala. E depois eu vou passar a palavra, que eu acho que a Ana quer se reinscrever. E você entra junto também com os inscritos.

Eu vou falar rapidamente, até pelo nosso horário, para conseguirmos escutar as pessoas que estão *on-line*.

São três coisas, Tamires. Em relação ao orçamento, é uma coisa que desde o ano passado eu tenho dito à Secretaria Municipal do Verde: as limitações de orçamento que vocês têm do ponto de vista da decisão legislativa, vocês vão ter muito mais problema com a base aliada da Prefeitura do que conosco, da Oposição. Vocês sabem disso. Na verdade, a própria Oposição defende mais orçamento para a Secretaria do que a Base, especialmente, para secretarias como a Verde e Meio Ambiente. É importante deixar isso aqui registrado.

Em relação a não conseguir gastar, é impossível não entendermos que é um problema direto da falta de quadro. Se você não consegue ter quadro técnico para acompanhar, para ver os contratos, para acompanhar os gastos, de fato, vocês não vão conseguir gastar de forma legal o orçamento da Secretaria. Mas isso é mais um reflexo da falta de servidor, da falta

de concurso. Que bom que foram chamados alguns agora, mas foram muitos anos sem – um quadro se aposentando, um quadro saindo. E aí é óbvio que não vai ter como gastar, porque não tem gente para acompanhar, para ver os contratos, para ver o que vai fazer, para licitar. Eu sei, eu entendo isso. Agora é mais reflexo de não ter quadro técnico com servidor na Secretaria Municipal do Verde. Isso é algo importante.

Por último, sobre o que você fala sobre a gestão dos parques: eu fico feliz que tenha, eu queria, eu gostaria desse documento – eu vou pedir, vou oficiar a Secretaria – para entender o que é essa conversa que vocês estão tendo com Gestão, porque seria muito importante tornar pública a posição da Secretaria, tornar pública a posição de que para vocês o administrador do parque tem que ser um servidor de carreira. Tornar pública essa posição é politicamente importante. O que você está aqui dizendo não é algo que eu acho que eu vou escutar da boca do Secretário. Então eu gostaria de fazer esse pedido de forma muito honesta, muito franca, porque o que acontece, e todo mundo sabe aqui, é que o administrador de parque é um indicado vereador amigo do prefeito do bairro. Isso não é um discurso antipolítico o que eu estou dizendo aqui, esse é um discurso anti toma lá, dá cá. E o que acontece é que os administradores de parque são amigos do subprefeito, indicado ali, e aí não se tem uma gestão de fato que pense eticamente, politicamente, a defesa do meio ambiente. Eu ouço relatos de assustar – de parque que fica fechados... É muito, muito complicado. E uma posição pública da Secretaria que deveria ter... ou o analista de meio ambiente, reformular a carreira, para conseguir colocar administração de parque ou a carreira de administrador é muito importante politicamente, inclusive, para conseguirmos fazer esse debate na Câmara Municipal. Isso porque o primeiro argumento do Governo é “Ah, não, por que vocês estão colocando esse debate, se a própria Secretaria não está dizendo nada, não se incomoda? Está tudo certo”. Então é muito importante essa posição pública de vocês.

Venho fazer esse apelo público para que tenha essa posição, agora está registrado, inclusive, nesta audiência pública, de que há conversas sendo mantidas nesse sentido. Fico muito feliz de saber. (Palmas)

Há inscritos pelo portal da Câmara. Devido ao horário, vou pedir para que falem, por três minutos, para dar oportunidade a todos.

A Ana Aragão se inscreveu, peço também que se utilize de três minutos. Em seguida, daremos andamento para os inscritos pelo portal da Câmara.

**A SRA. ANA ARAGÃO** – Já que é para registrar... Eu já tive oportunidade de dizer para a Vereadora Luana que admiro bastante o seu trabalho.

Quero aproveitar a presença da Tamires, a respeito do que você falou sobre as dificuldades de se fazer um cálculo para o Fundo de Parques, quero perguntar sobre se nós tentássemos elaborar o esboço de um projeto que poderia ser vinculado ao IPTU. Ou seja, quando o município for pagar o IPTU que informe na subprefeitura que um determinado valor daquele imposto será destinado para o Fundo de Parques, para as áreas verdes.

A Secretaria do Verde nos receberia se tentássemos fazer alguma coisa, no sentido de conversar e discutir o tema conosco? A gente poderia fazer isso através do mandato da Luana? Qual é a sua posição sobre essa proposta? A gente poderia discutir isso?

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Deixo a minha já colocada: acho que ninguém impede nada em discutir e apresentar propostas sim. Consigo também articular uma reunião que seja para se pensar alternativas, já que a FMP não é uma ferramenta eficaz.

**A SRA. ANA ARAGÃO** – Seria um percentual do IPTU que você decidiria na subprefeitura que seja enviado para o Fundo de Parques.

**A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA** - Ana, uma coisa que é preciso atentar, é que o FMP foi criado através de um artigo no Plano Diretor. Inclusive, nós estávamos conversando da medida ruim que são as alterações no Plano Diretor feitas através de leis paralelas. Nesse caso, tem de tomar muito cuidado, senão a gente acaba pecando nos mesmos problemas. Acho que é uma discussão para a própria revisão. Entendeu?

Não é algo que a gente tem pressa, de verdade, porque hoje a gente tem fonte para o mesmo fim. Eu acho que isso tem de ser discutido em toda revisão de como vai ser, se no IPTU ou não isso tem de ser feito no âmbito da própria revisão. Acho que é um item para isso.

- Manifestação fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Obrigada, Tamires, de toda forma vou pedir para marcar essa reunião ainda que com prazo mais tranquilo, para a gente conseguir fazer um debate porque a gente não perde nada em fazer debate sobre uma proposta.

Vou chamar agora o Ernesto Kenshi Carvalho Maeda, participante do Coletivo Amigos da Mata Esmeralda. Está *on-line*?

**O SR. ERNESTO KENSHI CARVALHO MAEDA** - Sim.

Boa noite. Gostaria primeiro de parabenizar a iniciativa da Vereadora Luana e parabenizar o Fórum Verde pelos três anos de luta. Agradeço o apoio que o Fórum tem dado não só para essa luta, mas também especificamente para nós do Coletivo da Mata Esmeralda. Tem sido fundamental todas as parcerias. Parabenizo o Ivan pela brilhante exposição que ele tem feito – aliás, sempre faz.

Eu gostaria de registrar, já foi falado aqui da importância dessa temática que, no momento que vivemos, cada vez mais ganha importância e uma gravidade maior, inclusive, pelos desastres que ocorrem de forma mais contínua e drástica. Infelizmente, como já foi falado aqui, nós vivemos essa contínua situação nas questões urbanas do mundo, de forma geral. São Paulo está pautada, no caso da Cidade, em especial, muito pela questão imobiliária e interesses econômicos.

É importante levar esse debate para o conjunto da sociedade, por isso iniciativas como esta são tão valiosas, mas é preciso alcançar uma dimensão maior. Portanto, é o desafio que temos.

Neste ano, por exemplo, nós temos a eleição presidencial, também para os governadores e para o Parlamento. Talvez seja um bom desafio para todos aqueles e aquelas que estejam imbuídos nesse mesmo propósito. Como que nós vamos conseguir?

Parece que hoje mesmo saiu uma matéria no Grupo do Fórum Verde, ou foi do Pró-Pinheiros, que vi o comentário da matéria de uma pesquisa de quanto a questão do meio ambiente é tema de preocupação do conjunto da população. A pesquisa feita, informa que atinge

quase 90 e pouco por cento. Não lembro de cabeça agora.

A questão é justamente conseguirmos pautar esse debate, num momento como este, embora eu não creia que a questão ambiental tenha de ficar restrita ao momento eleitoral. Muito pelo contrário. Mas este é um momento privilegiado para pautar as candidaturas sobre a discussão de programas de governo, discussão de modelos de desenvolvimento, que se pense além disso. É óbvio que a questão social é fundamental na crise que vivemos. Não dá para aceitar. Mas é preciso pensar a questão do modelo de desenvolvimento de uma forma que seja sustentável, para que se pense no meio ambiente e do homem como um todo.

A gente tem que começar a pensar em pautar esse debate na sociedade, aí não só na discussão política nas candidaturas, mas pautar nas escolas, nos bairros, em todos os cenários possíveis. Eu acho que se fizermos um esforço no sentido de conseguir avançar, aumenta um pouco a possibilidade de a gente reverter esse quadro.

É uma luta difícil, mas é importante insistirmos em ações como esta, realizada pela Câmara Municipal, pela Vereadora Luana e os demais envolvidos com o projeto, o Fórum Verde, para conseguir avançar e reverter essa situação de desastre que vivemos.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Está certo, obrigada Ernesto. É importante a colocação de pautar propostas de governo.

Lembrando que, ainda neste mês, provavelmente, nós teremos uma audiência pública para tratar da questão da Mata Esmeralda, da região da Divisa de São Paulo com Taboão da Serra.

Chamo a Adriana Oliveira, participante do Allianz Parque. (Pausa) Não está? Imagino que seja sobre a questão da poluição sonora do Allianz Parque, porque é uma pauta que está passando pela Câmara.

Chamo o Sr. Élio Jovart Bueno de Camargo? Está com a palavra.

**O SR. ÉLIO JOVART BUENO DE CAMARGO** – Boa noite, pessoal. Eu sou do Cades Butantã, quero saudar o Fórum Verde que felizmente integro suas ações nesses três anos, os ambientalistas presentes e os membros deste Legislativo.

Quero reforçar algumas colocações do Ivan que a Administração, mas principalmente esta Câmara, através do PDE, em sua revisão e por lei, antes da implantação de qualquer outro parque assegure fundo que incida sobre licenciamento construtivos para a aquisição de todas as áreas verdes remanescentes na Cidade, sendo Zepam ou fora de Zepam, para evitar a destruição e a perda dessas poucas áreas para construções e que, posteriormente, esse mesmo fundo possa ser usado para a implantação dos parques; salvar os poucos restantes córregos e áreas verdes dos mananciais, que são as últimas áreas de pesquisa da cidade; assegurar a implantação dos corredores ecológicos de ligação, principalmente os lineares, e dos canteiros centrais das avenidas; recuperar as nascentes aterradas – afinal, onde bebem os nossos animais; fixar sistemas de permeabilização que parem ou substituam os piscinões; e, finalmente, a anulação ou a revisão da malfadada Lei 17.794, de 2022, do conhecido PL 391, que cancelou a Lei 10.365/87, o que foi apresentado pela Dra. Renata.

Seria isso. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito bem. Obrigada, Sr. Élio, pela participação. É mais um participante do Fórum Verde Permanente.

Quero chamar, também, a Sra. Angela Cristina Fernandes, que é da SOS Bicho. Está por aí? (Pausa) Não? Acho que teve de se ausentar. Também quero chamar a próxima pessoa inscrita, que é o Sr. Flavio Augusto Esteves. Está por aí? (Pausa) Também não está. Se entrar, nós lhe daremos a palavra.

Eu vou falar o nome de todo mundo que está inscrito, porque acho que o pessoal que está *on-line* consegue ver: Beatriz Enge... Ah, é a senhora? Eu vou só passar o nome de todo mundo: Nely Oliveira, Francisca Adalgisa da Silva, Rosangela Calado da Costa. É isso.

Sra. Beatriz, está com a palavra. Não se inscreveu pelo canal?

**A SRA. RITA BEATRIZ ENGE** – Boa noite, pessoal. Eu nem me inscrevi. Então, eu não tenho, na verdade, uma colocação efetiva para vocês, mas eu agradeço muito a participação.

Eu faço parte do Fórum Verde Permanente. Sou do Movimento Parque Augusta. Sou arquiteta e urbanista. Achei muitas questões que foram colocadas aqui extremamente

pertinentes. Fico muito feliz por essas questões terem sido trazidas, para que possamos abordá-las, mas há uma coisa de que senti falta.

Já que o nome da audiência era sobre meio ambiente e direitos dos animais, eu gostaria de falar que em nenhum momento foi abordada a questão da fauna silvestre na Capital e da ligação que essas áreas verdes que agora pleiteamos deveriam ter entre si, para possibilitar a passagem desses animais, de uma para a outra.

Inclusive, eu fui a um evento na Umapaz, recentemente, no mês passado, e o tema era a fauna urbana da cidade de São Paulo. Existem questões muito sérias que permeiam isso. Há a questão dos animais silvestres. Havia muita gente da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, fazendo a defesa desses animais e falando das condições terríveis em que são resgatados e precisam ser tratados, para, eventualmente, quando possível, serem devolvidos à natureza.

— Não há esses corredores. Só as aves conseguem passar de uma área verde para a outra, mas os animais que não voam, todos os outros, como roedores, mamíferos, lagartos, cobras e tal, não têm como transitar entre as nossas já pouquíssimas e esparsas áreas verdes do Município.

Eu acho que precisariam dar uma visibilidade também para essa questão, já que é um dos temas da audiência. Que as pessoas – principalmente nós, também, que pleiteamos áreas verdes, áreas de matas e a preservação das áreas de mata urbana existentes – considerem a existência e a possibilidade de esses animais terem uma qualidade de vida mínima, que seja, na área urbana, em que todos nós, inclusive, habitamos.

Então, eu acho que foi só disso que eu senti um pouco de falta, porque as outras questões já estão profundamente tratadas e há bastante gente superenvolvida. Fico muito feliz por estar aqui, participando.

Muito obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Sra. Beatriz, eu lhe agradeço por sua contribuição. Ainda que não inscrita, acho que fez uma contribuição muito boa e apontou, de

fato, uma falta que está colocada, mesmo. Eu acho que é para conseguirmos debater e incluir isso nas audiências todas que formos fazer nesta Comissão.

Eu acho que a Sra. Tamires também quer falar.

**A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – É.** Eu vou aproveitar. Também estava sentindo falta de falar da fauna, porque normalmente falo muito da fauna e aqui acabamos ficando bastante no universo do parque.

Eu não sei o quanto todo mundo sabe, mas, antes, ainda, de existir a Secretaria do Verde, a Divisão da Fauna Silvestre já existia. Atendemos, Vereadora, mais de sete mil animais silvestres por ano. Então, nós tratamos, cuidamos, reabilitamos muitos e os soltamos de volta na natureza. Normalmente, eles vêm de abandono, de tráfico, de acidente ou de entrega voluntária. Quanto aos que vêm de tráfico de animais, é surreal o jeito que eles chegam. Então, fazemos esse trabalho já há muito tempo.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves) –** Desculpe. São entregues pela própria Polícia Civil para a Secretaria.

**A SRA. TAMIRES CARLA DE OLIVEIRA – É.** Há a GCM ou até as pessoas, mesmo, do tipo: “Enchi o saco do papagaio. Não quero mais o papagaio. Vá lá e entregue. Tire esse papagaio da minha frente.” Então, isso é uma coisa bastante complicada. Na Páscoa, por exemplo, um monte de gente compra coelhinhos para dar para crianças. Quando os coelhinhos começam a fazer cocô e xixi e a morder as crianças, ou abandonam-se em parques, ou começamos a receber esses bichos lá.

Assim, é um assunto que acontece na cidade de São Paulo. Às vezes, as pessoas nem imaginam, mas, enfim, fazemos esse atendimento da fauna silvestre. É extremamente importante a questão.

Não sei o quanto vocês se lembram da época da febre amarela, em que se deu um surto de febre amarela. As sentinelas da febre amarela foram os nossos macacos. Então, conseguimos ter controle porque nós os tínhamos como grandes animais comunicadores de que essa doença estava circulando. Uma das coisas por que ficamos mais assustados e fizemos uma

campanha muito forte foi que as pessoas entendiam que os macacos, principalmente os bugios, a passavam. Então, as pessoas os matavam e naquela época chegamos a receber um número absurdo de bugio machucado, já em óbito, com muita paulada na cabeça, normalmente – porque fazemos a autópsia de todos os animais que chegam mortos, também. Diminuiu muito a população de bugios no Município naquela época e hoje estamos em uma tentativa de reprodução.

Esses animais não são só bonitinhos. Eles são sentinelas para doenças. Pássaros, enfim, vão semear a vegetação. Isso está diretamente vinculado a como vivemos, à nossa existência.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito bom. Agradeço, Sra. Tamires, também, pelo seu retorno.

Vou chamar, também, a Sra. Nely Oliveira, da Associação Jaguabe. Está aqui? Está *on-line*? (Pausa) Acho que não está *on-line* ainda. Sra. Francisca Adalgisa? (Pausa) Também não? Está bem. Sra. Rosangela Calado da Costa? (Pausa) Também não? Está bem. Sra. Debora Iacono? Está presente. Está com a palavra, Sra. Débora.

**A SRA. DEBORA IACONO** – Com problemas de visão, vou tentar falar com a máscara. Em primeiro lugar, quero cumprimentar a Vereadora. Apesar de aqui estar um público pequeno, na internet a gente está acompanhando e a coisa está rolando e está sendo superimportante e que aconteçam mais audiências deste nível. Quero cumprimentar a Tamires também e a todos e todas que estão aqui.

Sou membro do Fórum Verde Permanente desde seu início e também, na mesma época, entrei para o Conselho Gestor do Parque Ibirapuera. Então, esse é o meu quarto ano como conselheira do parque. Então eu nunca consigo deixar de falar as coisas que acontecem no parque e a luta que tem o Fórum Verde.

Como a própria Secretaria sempre fala - e é isso mesmo -, os conselhos gestores são órgãos da Secretaria do Verde. Então, somos braços, olhos e pernas. Em uma reunião na posse dos conselheiros até falei ao Ravena: “então, use essas pessoas voluntárias que se

dispõem a ajudar não só os parques, mas a própria secretaria.” Então, estou aqui como conselheira e como membro do Fórum Permanente.

Queria reforçar, como já falaram, tem bastante gente engajada na questão ambiental. Óbvio, Beatriz, a gente fala do meio ambiente, fala da fauna, da flora. Enfim, essa questão da fauna é uma preocupação muito grande nossa no Parque Ibirapuera porque muitas coisas estão acontecendo lá: construções, etc. Há uma séria preocupação nossa com a questão das aves, até dos próprios peixes porque se corta grama onde não tem que cortar. Enfim, então, não dá para se falar de uma coisa sem falar da outra. Você tem total razão.

Bom, então, vim para reforçar algumas coisas que foram ditas. O meu primeiro reforço seria com relação ao poder deliberativo. Isso é fato, é necessário, é urgente porque o poder deliberativo vai dar força ao conselheiro.

No Parque Ibirapuera estamos vivendo essa questão dessa concessão que está extremamente complicada. Como a Claudia falou no vídeo dela, o conselho é colocado à margem de qualquer coisa pela concessionária quando se trata de se falar do verde, de se falar de eventos e de construções. Tem construções que estão acontecendo lá dentro. Então, nós ficamos à margem disso tudo, mas a gente está lutando bravamente para que se preserve ao máximo o que tem lá de verde dentro do parque. Então, é de suma importância o retorno do poder deliberativo.

Vou reforçar, Tamires, a questão do aumento de 1%. Por quê? Hoje, talvez vocês não precisem, mas, com certeza, vão precisar disso amanhã. Então, eu acho que essa luta pelo 1% é válida. Como até o Chicão falou hoje, vocês têm um número X no quadro; amanhã, tomara que isso duplique porque isso vai duplicar o número de parques. Tomara que não duplique o número de concessões. Mas, enfim, esse 1% pode ser que não seja para agora, mas vai ser para o futuro. Ele tem de ser trabalhado e tem de ser lutado por ele, agora, sim.

A questão do maior número de efetivo de funcionários para a Secretaria. Vemos, Tamires, o quanto que você é solicitada para todos os parques. Não é possível que em uma cidade como São Paulo, com número de parques que a gente tem, termos uma pessoa que

coordene tudo isso. Na sua falta tudo se quadriplica. Então, isso precisa ser revisto, precisa de mais gente como a gente até falou que seja concursado e não simplesmente contratado.

Aqui falo em nome dos Conselheiros do Parque. A nossa grande preocupação é com o meio ambiente como um todo não só no Parque Ibirapuera, como em São Paulo, como no mundo. Está havendo uma decadência absurda no Brasil. Está havendo um retrocesso absurdo.

A nossa grande preocupação além dessa preocupação geral com o meio ambiente, é a preocupação com o Parque que é ícone de São Paulo e do Brasil, com o que está acontecendo lá dentro. Esse Parque está virando shopping, esse Parque está virando um clube. São construções, são restaurante com cinco chaminés lá dentro.

O Ministério Público sabe, as secretarias sabem. Onde isso vai parar? Há um receio enorme do que pode acontecer. Então, a minha fala é muito com relação a isso. A gente cuidar da melhor forma possível aquilo que está nas nossas mãos e o Parque Ibirapuera está nas nossas mãos e a gente precisa de um socorro porque aquilo lá está virando um shopping.

Agradeço a todos. Obrigada, Vereadora pela oportunidade. (Palmas).

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Maravilha. Muito obrigada, Débora, pela contribuição, mais um membro do Fórum Verde Permanente.

Algumas pessoas tiveram que sair até pelo avançar da hora. Vou chamar para ver se estão *on-line*.

Vou chamando os nomes que estão online para ver se a pessoa ainda está aqui. Márcia Fonseca Simões. (Pausa). Acho que não. Edna Oliveira da Silva. (Pausa).

Tem a palavra a Sra. Maria Angélica, que também é do Fórum Verde Permanente.

**A SRA. MARIA ANGÉLICA OLIVEIRA** – Obrigada. Boa noite, Vereadora. Boa noite, Tamires. Boa noite aos presentes e aos de casa que estão firmes e fortes acompanhando.

Como membro do Fórum Verde, venho da Zona Oeste, do extremo do Butantã, faço parte do Cades e aí a gente vai galgando alguns degraus para chegar ao patamar de discussão em outros espaços, inclusive no CPMU onde tem disponibilidade e a possibilidade de discutir Plano Diretor, o Fundurb, disputar. Acredito que a periferia tem que vir aos espaços disputar

inclusive verba orçamentária para isso.

Queria citar uma coisa. O Fórum Verde é o potencializador de pessoas, educadoras, ambientalistas, inteligentes, resilientes e humanas. Acredito que o Fórum Verde dá essa possibilidade para a cidade de São Paulo que tem mais de 12 milhões de habitantes, 32 de Subprefeituras e nós conseguimos fazer um certo barulho. Para o tamanho desta Cidade, somos pequenos, mas a gente sabe fazer barulho. Esta audiência pública vem contemplar um pouco dessa nossa luta, dessa nossa história e dos nossos compromissos nos territórios.

A Raposo Tavares tem um megaempreendimento chamado Reserva Raposo, o famoso Raposão. Na ocasião, foram removidas pilhas e pilhas de terra, desmatamento. E aí eu venho aproveitar esta audiência pública, mais uma vez, é mais um momento para a gente fazer denúncia dos megaempreendimentos na Cidade. Isso acontece na zona Norte, isso acontece na zona Leste, na zona Sul. Então, esta audiência pública também serve para isso.

Nós estamos pleiteando 1% do Orçamento, porque geralmente a gente chega da Secretaria e fala “Não tem dinheiro para isso, não tem dinheiro para aquilo”, mas o Verde precisa sim se estruturar dentro da Cidade e fora, os CADES precisam de melhores estruturas, porque a gente percebe a fragilidade dos CADES sob um olhar das Subprefeituras. Hoje ainda melhorou, porque antes os Subprefeitos não acreditavam nesse espaço, não davam crédito aos seus conselheiros.

Então, a gente precisa prestar atenção, porque a mudança climática passa por cada um de nós; e a responsabilidade do Estado, seja Parlamento, seja Executivo, estadual ou nacional, é nossa responsabilidade como seres humanos.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito bom, Maria Angélica. A sua discussão me traz um pensamento que a gente não consegue deixar de ter, sobre o quanto é desigual o tratamento da periferia.

No ano passado, quando a gente foi, juntas, no Parque Juliana, no Boa Vista, no extremo da Raposo Tavares, foi visível que tinha um empreendimento simplesmente entrando

no parque, entrando, entrando, ali num parque de periferia. Eu não veria um empreendimento fazendo um prédio no meio do Parque Augusta, ou no meio de um Ibirapuera. Mas é muito mais fácil deslegitimar um parque de uma periferia. E o que acontece ali no Parque Juliana é um escândalo, porque é a Reserva Raposo entrando num espaço que era delimitado de parque.

A gente denuncia, mas ninguém vai se contrapor a um grande construtor que simplesmente entra num parque, numa área verde pública da periferia. Então, é muito grave o que acontece e é muito importante que você traga essa reflexão para a gente.

Vou chamar para fazer o uso da palavra a Sra. Iracilda Lopes Guimarães. Não está on-line? Rosana Arcangelo; Airton Cesar de Luca; Isabela Dinah de Albuquerque Silva; Diva Nunes Presidente do Movimento Moradia Cohab Raposo Tavares; Elisa Nascimento, Fórum Verde Permanente. Sr. Fabio Sanchez, Conselheiro do Parque Cemucam.

**O SR. FABIO SANCHEZ** – Boa noite a todos. É uma honra finalizar um evento tão importante como este, três anos do Fórum Verde. Obrigado, Vereadora Luana, pelo espaço, pelo apoio; obrigado, Tamires, pela presença; obrigado a todos do Fórum Verde.

A questão orçamentária volta sempre, porque é uma bandeira do Fórum Verde extremamente necessária. A Tamires relatou aqui que hoje a manutenção é suficiente e melhorou. Nós, de fato, constatamos isso. Eu, como Conselheiro do Parque Cemucam, posso dizer que os contratos do Cemucam melhoraram muito e a gente tem notícias de que outros parques também vivem isso, então compartilhamos essa informação de que há mais dinheiro para a manutenção.

Porém, eu quero oferecer o nosso ponto de vista, porque eu acho que é importante haver esse encontro, acho que é virtuoso colocarmos isso, porque é uma visão que temos importante de compartilhar.

Ora, nós vemos várias demandas que há nos parques: tem uma marquise no Ibirapuera caindo aos pedaços, o observatório do Parque do está parado; o Parque da Luz tem um coreto precisando de manutenção, tem um aquário belíssimo que não está funcionando, o Parque da Aclimação tem uma cancha de bocha belíssima que está em ruínas, um lugar

maravilhoso. Enfim, tudo isso são coisas necessárias e que precisam de dinheiro e é uma questão honesta, Tamires, porque nós realmente não sabemos como fazer de outra forma.

Se a solução não é pedir dinheiro para o orçamento, como a gente pode ver os parques se tornando parques, melhorando efetivamente?

Projetos com Secretaria de Educação, projetos com Secretaria de Esportes, projetos com Secretaria de Saúde, tudo isso pode ser feito e demandado, a partir da Secretaria de Meio Ambiente. Por exemplo, quantas reuniões, quantas festas, quantas inaugurações, o Secretário de Meio Ambiente teve com as concessionárias dos parques, essas empresas que estão tomando conta dos parques?

Esta reunião é para que se dobre o orçamento da Secretaria do Verde e Meio Ambiente. E cadê o Secretário? Que tipo de gestor é esse que não está prestigiando a funcionária que está aqui e o Fórum Verde que está pedindo aumento de dinheiro para a Secretaria dele? Que tipo de gestão está sendo feita, em que as coisas não acontecem como a gente gostaria? Essa é uma pergunta objetiva de como fazer para que o dinheiro seja utilizado e cresça e que a gente tenha a atenção do Secretário gestor do meio ambiente da Cidade, que não está prestigiando a entidade que requer mais dinheiro sob a gestão dele.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Luana Alves)** – Muito obrigada, Fabio. Eu acho que a sua colocação é muito adequada, e eu comentei isso aqui com a Tamires. É muito esquisito que a gente, que é da Oposição, que vota contra, esteja aqui implorando orçamento para vocês, uma Secretaria estratégica, que tem a ver com a Cidade inteira, com atuação multisetorial, com ligação em relação à saúde, habitação, licenciamento, obras, educação, cultura. Então, tem uma atuação extremamente transversal e a gente sabe que tem que ser fortalecida.

Por isso, eu me coloco aqui, publicamente, pela luta do 1% do orçamento para a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, que parece pouco, mas que dobraria o orçamento atual de vocês.

Também quero dizer que todas as questões colocadas foram registradas e vou direto

fazer o pedido sobre a questão da carreira do administrador de parques, vou acompanhar esse documento, e dizer que fico realmente contente com uma posição pública da Secretaria que coloque a defesa da carreira do administrador de parques. Isso é muito, muito importante para nós e a gente sabe que tem um significado, uma diferença gigantesca.

Agradeço a presença de todas e todos. Esta Comissão é extraordinária, não é fixa, mas a gente tem tentado fazer dela uma ferramenta para a gente conseguir pensar a política pública de forma conjunta, pensar a política pública de forma democrática e dizer que esta Comissão está muito aberta, o nosso mandato também está aberto.

O Fórum Verde Permanente é um parceiro gigante, é um aprendizado contínuo, então eu queria dizer a vocês que nos utilizem também enquanto Comissão. Isso é muito importante.

No dia 27, faremos uma audiência sobre a questão do Morro do Querosene, que vocês devem estar acompanhando. Querem fazer um empreendimento ali, numa região que não é própria para prédio, onde tem nascente de rios. E a gente sabe que não se pode construir prédio onde tem nascente, sem contar que aquela região é para ZEIS, habitação de interesse social, e está se fazendo um prédio com condomínio no valor de R\$ 500,00. Eu nunca vi uma habitação de interesse social que tem condomínio de R\$ 500,00, é cínico.

Então, faremos uma audiência contra esse empreendimento, que inclusive já tem stand de vendas no Metrô Butantã, já está vendendo inclusive sem saber se vai conseguir concluir a obra. Se depender de nós, não vai.

Queria convidá-los para essa audiência, agradecer novamente e dizer que estamos juntos. Obrigada a todos.

Estão encerrados os trabalhos.